



AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Balanço 2006
Perspectivas 2007

ÍNDICE

2007: SINAIS DE MELHORA PARA A AGROPECUÁRIA	3
RENDAS	6
CRÉDITO	9
GRÃOS	12
INSUMOS	21
EMPREGO	23
BALANÇA COMERCIAL	26
QUESTÕES FUNDIÁRIAS	37
INFRA-ESTRUTURA	44
PECUÁRIA DE CORTE	49
PECUÁRIA DE LEITE	54
CANA-DE-AÇÚCAR	58
CAFÉ	61
CACAU	63
CARCINICULTURA	66
EQÜIDEOCULTURA	67

2007: SINAIS DE MELHORA PARA A AGROPECUÁRIA

O ano de 2006 seguramente não será lembrado com saudades pelos produtores rurais brasileiros. Foi um ano extremamente conturbado, atingido pelo ápice de uma crise de rentabilidade, que afetou o produtor tanto pelos preços como pelos custos, fazendo com que a maior parte dos produtos tenha sido comercializada com prejuízos. Para 2007, os preços internacionais das principais *commodities* agrícolas já dão sinais de melhora. Persistem, porém, sérios problemas para o ano que vem. Os produtores terão dificuldades para adequar suas receitas aos compromissos financeiros das prorrogações das dívidas de custeio e com fornecedores, adiadas para 2007.

A crise deste ano só não foi maior para o setor como um todo porque o País possui uma pauta bastante diversificada de produtos, localizados nas diversas regiões, o que reduz o impacto negativo sobre o desempenho total. Quando um produto está ruim, outro apresenta resultados melhores e o mesmo acontece quando se avalia as regiões produtoras.

O País colheu uma safra 5% maior que a anterior, apesar dos sérios problemas climáticos enfrentados no período, atingindo 120 milhões de toneladas de grãos. Quanto a pecuária, a despeito dos preços reais reduzidos, a produção continuou crescendo, mesmo que em ritmo menor. As taxas de aumento de 2% para os bovinos, 3% para leite e 6% para frango não foram suficientes para anular as perdas anuais de faturamento. As quedas generalizadas nos preços pagos aos produtores acabaram impedindo o aumento do PIB do setor para 2006, mesmo com uma pequena melhoria no volume da produção primária.

Com relação ao cenário internacional, apesar dos problemas sanitários internos (febre aftosa) e externas (gripe aviária), 2006 registra valores recordes de exportação e saldo comercial. A previsão que o ano termine com U\$ 49 bilhões exportados ou aproximadamente 13% a mais do que no ano anterior. A maior parte desta expansão ocorreu devido a um aumento nos preços médios da tonelada exportada, seja pela evolução dos preços das *commodities*, seja pela agregação de valor.

Para o próximo ano, algumas boas perspectivas já começam a transparecer. Os preços internacionais das principais *commodities* agrícolas já se estão acima das médias históricas. A safra atual foi plantada com o dólar a um patamar bastante reduzido (US\$1=R\$2,15), impedindo a repetição de problemas anteriores, quando o produtor plantou com dólar valorizado e vendeu em baixa. Estas duas variáveis afetam positivamente a receita e reduzem os custos de produção.

Porém, sérios problemas ainda persistirão em 2007. O principal deles é de cunho monetário. Os produtores terão dificuldades para cumprir os compromissos financeiros gerados pelas prorrogações das dívidas de custeio e com fornecedores, para pagamento no ano que vem. O acúmulo dos vencimentos de duas safras anteriores, mais a atual, resultará numa incapacidade de *caixa*, pois deverão ser pagos com a receita de uma única safra. Significa que 2007, isoladamente, deverá ser um ano de razoável rentabilidade, porém insuficiente para quitar todas as parcelas prorrogadas.

Para resolver esta situação, seria preciso transformar estes financiamentos em compromissos de médio ou longo prazo, mas o Governo ainda não atendeu a esta reivindicação do setor. Outra saída preventiva é a implantação de um seguro rural que verdadeiramente assegure renda aos produtores nestas oscilações mercadológicas, mas a proposta apresentada até o momento pelo mercado ainda está longe desta realidade. Além destas, há, ainda, uma lista de reivindicações, denominadas de medidas estruturantes, que continuam sem desfecho.

O primeiro item desta lista diz respeito ao principal fator de elevação de custos da produção nos últimos anos: o frete. Além do impacto da crise internacional do petróleo, o produtor tem seus custos elevados pela deficiência da infra-estrutura logística do País. Sobre este assunto, muito se diz e pouco se faz, talvez por exigir grandes somas de recursos orçamentários. Mas, nem todos os problemas que se enquadram nesta categoria necessitam de recursos.

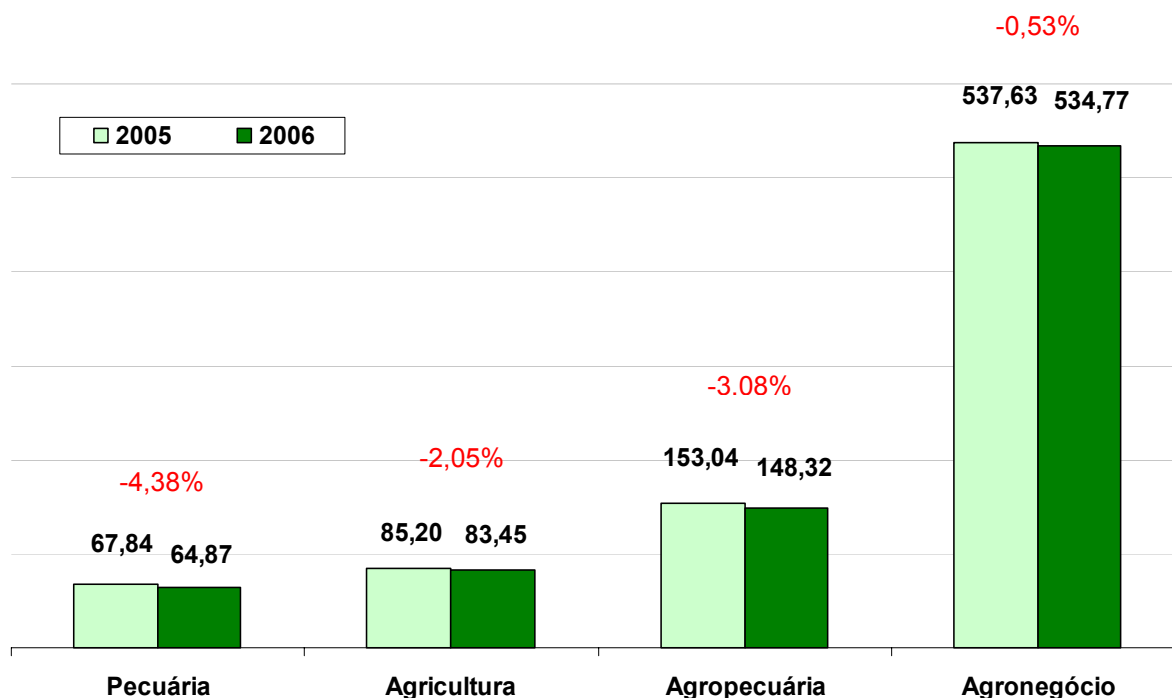
Para a solução de muitos gargalos que asfixiam a atividade produtiva no País, basta boa vontade política, que continua faltando para a despolitização da CTNbio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) nas avaliações e eventuais aprovações de novas variedades transgênicas. A mesma disposição política que se espera obter para acabar em definitivo com uma das maiores aberrações no segmento de insumos agropecuários, que é a burocracia e

conseqüente cartelização do setor de defensivos agrícolas no País, permitindo a tão esperada comercialização dos defensivos genéricos em larga escala.

Assim, continua nas mãos do Governo Federal a possibilidade de amenizar os problemas que geram impactos negativos nos custos no setor agropecuário, não somente para a próxima safra, uma vez que muito pouco se pode fazer quanto ao quesito preço.

Ricardo Cotta Ferreira
ricardo.cotta@cna.org.br

Projeção 2006 do PIB (Em R\$ Bilhões, a preços de 2005)



Fonte: CEPEA-USP e SUT/CNA

Renda

Balanço 2006

Renda deverá melhorar em 2007, mas o passivo continua sendo um problema

O PIB do setor agropecuário brasileiro atingiu R\$ 148,31 bilhões em 2006. Comparado a 2005, quando o PIB agropecuário chegou a R\$ 153,04 bilhões, houve queda de R\$ 4,72 bilhões. A crise de renda que atingiu a agropecuária gerou reflexo em toda a economia brasileira. No agronegócio, representou perda de R\$ 2,86 bilhões e a estagnação de um segmento econômico que vinha impulsionando o País.

O resultado deste quadro refletiu-se nas estimativas de desempenho da economia. Com crescimento estimado em 2,86% para 2006, abaixo da economia mundial e de muitos países que não têm mesmo o potencial agrícola do Brasil, a economia nacional poderia ter crescido a taxa de 3,0% se o agronegócio tivesse pelo menos mantido os mesmos valores de 2005. É o mínimo que se poderia esperar, caso as medidas reivindicadas pelo setor fossem efetivamente atendidas a tempo.

A estagnação do setor não representa somente a redução do ritmo de crescimento da economia, mas também a perda de uma oportunidade de expansão da atividade. O elevado grau de endividamento do setor contribuiu para a redução de 2,0 milhões de hectares de área plantada, em um momento em que o mercado internacional está aquecido e oferece oportunidades de avanços, a exemplo do que ocorreu em safras como a 2003/2004. Neste período, o PIB do agronegócio atingiu R\$ 563,8 bilhões e o Brasil cresceu a 4,9%, o melhor desempenho desde a implantação do Plano Real.

ESTIMATIVA DE DÍVIDAS DO SETOR AGROPECUÁRIO (Em bilhões de R\$)	
Securitização e PESA	6,8
Custeio e Investimento das Safras 2004/05 e 2005/06	6,0
Dívidas com o Setor Privado	7,2
Fertilizantes	2,0
Defensivos	3,5
Sementes	0,4
Tradings	1,3
Total	20,0

Fonte: Estimativas SUT/CNA

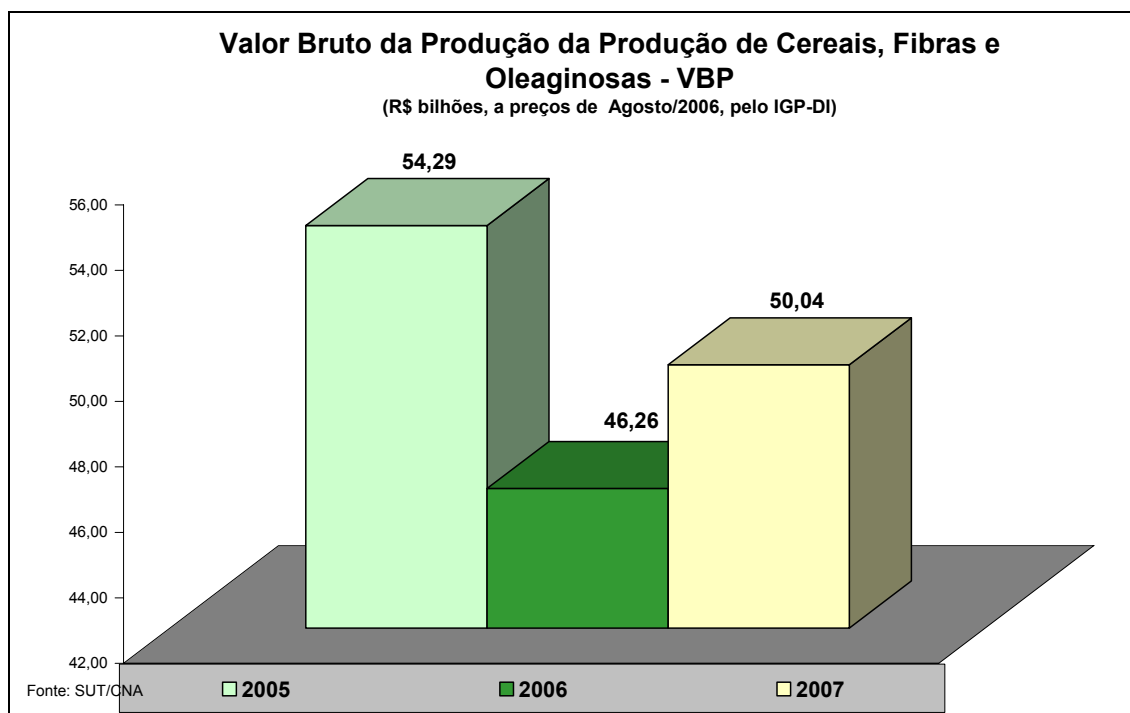
Perspectivas 2007

No vai e vem do mercado, as perspectivas para o próximo ano, em termos de preços, são melhores que em 2006. Confrontando as estimativas de produção e as perspectivas de mercado, é possível projetar margens de rentabilidade melhores para as lavouras nesta safra. Porém, ainda muito estreitas, em média na casa dos 1,5% a 3,5%, ainda insuficientes para cobrir o endividamento do setor.

A projeção do Valor Bruto da Produção (VBP) para cereais, fibras e oleaginosas, para 2007, indica que o faturamento do segmento poderá atingir R\$ 50,3 bilhões. Em 2006, o VBP de cereais, fibras e oleaginosas atingiu R\$ 46,26 bilhões, sendo 14,79% inferior ao resultado de 2005, de R\$ 54,29 bilhões. Em valores absolutos, essa redução atingiu R\$ 8,03 bilhões.

A análise do faturamento bruto das culturas de cereais, fibras e oleaginosas, considerando a receita projetada para 2007, mostra que o segmento poderá recuperar cerca de R\$ 3,78 bilhões. Restará, no entanto, um déficit de R\$ 4,25 bilhões, cujo equacionamento depende da boa sorte das safras dos próximos anos.

Este saldo poderia até ser positivo se a agricultura brasileira contasse com uma política agrícola eficiente e os produtores não tivessem o saldo de R\$ 20 bilhões em dívidas acumuladas. Por este motivo, o resultado da safra 2005/2006 será safra nova, ano novo e problemas antigos.



Fonte: Projeções da CNA

Extensa agenda em 2007

A crise de renda da agricultura brasileira deixou ainda mais evidentes as fraquezas da política agrícola e enalteceu as deficiências estruturais brasileiras. Muitos temas, que figuram há anos na pauta dos assuntos da agricultura, continuam mais atuais do que nunca.

A simples prorrogação das dívidas do setor mostrou-se eficiente para solucionar a baixa liquidez no curto prazo. No entanto, a curta margem de rentabilidade das lavouras e o elevado estoque de dívidas do setor continuarão a exigir ações do Governo no sentido de refinar o passivo em operações de longo prazo, liberação de garantias excedentes, reformulação e aporte de recursos para linhas de crédito do setor.

É imprescindível, também, viabilizar as medidas estruturantes, para melhorar a competitividade da agricultura. Entre estas medidas, destacam-se:

1. Implementação de seguro rural, prevendo o seguro de produto e o seguro de renda, conforme as necessidades de

- cada região, com bom aporte de recursos para subvencionar o prêmio e criar o fundo de catástrofe.
2. Desenvolvimento de uma política tributária, que desonere o setor.
 3. Investimentos em logística.
 4. Fomento à pesquisa agropecuária.
 5. Investimento em sanidade e qualidade da produção.
 6. Aumento da oferta de agroquímicos no mercado de insumos brasileiro, por meio da implementação efetiva das alterações feitas no Decreto 4.074, de 2002.
 7. Aprovação de novas variedades geneticamente modificadas.

Rosemeire Cristina dos Santos
rosemeire.santos@cna.org.br

Crédito

Balanço 2006

Medidas de apoio saem tardiamente e crise no campo se agrava

Após admitir a crise vivida pelo setor rural, o Executivo processou de forma tardia e lerda a renegociação das dívidas recentes dos produtores. De concreto, resultou apenas a certeza de nova crise de liquidez na atividade, prevista para março e abril de 2007. Se tudo correr certo com o câmbio, clima e controle de pragas e doenças, as receitas obtidas com a comercialização da safra ainda serão insuficientes para o pagamento dos compromissos referente às safras passadas, avaliados hoje em R\$ 20 bilhões.

O Banco do Brasil conseguiu regularizar quase toda a renegociação da safra 2005/2006, reabrindo mais 330 mil contratos e ajustando novo fluxo de pagamento de quase R\$ 6 bilhões. Assim, a venda dos produtos colhidos em 2007 terá que ser suficiente para

pagar o custeio da safra em curso, a parcela das dívidas de custeio e de investimentos alongadas em 2006. Em muitos casos, soma-se ainda parte dos custeios de 2005 não pagos em razão da crise. Há, também, algumas exceções, em que as parcelas da securitização e do PESA vincendo no próximo ano se agregam aos demais débitos. É preciso considerar que, frustrada a implementação do FAT Giro Rural, ainda há considerável estoque de dívidas com o setor privado, renegociado para pagamento na próxima safra, em espécie ou em produto.

A lentidão no processo de renegociação afetou o desempenho da concessão e liberação de crédito para a safra 2006/07. Segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), houve brutal e justificada queda, na ordem de 40%, na contração de créditos de investimento com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). De julho a setembro do ano passado, foram contratados R\$ 758 milhões, para uma programação anual de R\$ 8,5 bilhões, em 2006. No mesmo período, aplicou-se apenas R\$ 455 milhões, para uma programação, de julho de 2006 a junho de 2007, prevista para R\$ 6,1 bilhões.

Nas operações de custeio, as informações do MAPA revelam crescimento de 23%, se comparados a iguais períodos de 2005 e 2006. Neste ano, foram contratados R\$ 6,8 bilhões, com recursos controlados de 8,75% ao ano, contra R\$ 5,8 bilhões, no período julho a setembro de 2005. Acredita-se que esta performance ocorra devido à prática de muitas operações *mata-mata* para disfarçar negociações inconclusas, que abrem nova operação de financiamento para pagamento de parcelas já vencidas. No passado, este tipo de operação foi um dos responsáveis pela matriz do endividamento do setor.

Outro fator que contribuiu para a morosidade na liberação do crédito foi a vinculação da concessão de custeio à contratação de seguro rural. Essa exigência gerou justificado descontentamento entre os produtores, na medida em que não atende às necessidades das regiões. Simples análise das apólices permite observar que, para disparar a cobertura do seguro, é exigida comprovação de queda de produção motivada por fatores climáticos acima de 50% da média histórica obtida pelo produtor. Assim, a proteção do seguro somente ocorreria num quadro de probabilidade de ocorrência extremamente remota, beneficiando exclusivamente as seguradoras.

Para encerrar o ano, o anúncio de refinanciamento das parcelas de securitização e do PESA, vencidas e vincendas em 2005 e 2006, foi frustrada pela publicação da Medida Provisória nº 317. Como era de se esperar, as instituições financeiras foram relutantes em refinar uma dívida já renegociada, cujo risco passa a ser seu. Assim, os benefícios da MP ficaram restritos à prorrogação da data de pagamento das parcelas de securitização para até 29 de dezembro de 2006, com direito a bônus e sem incidência da correção do preço mínimo, ainda limitado apenas às operações celebradas com os bancos oficiais federais.

Os efeitos da MP também se restringiram, mesmo no caso de bancos oficiais federais, a dívidas não transferidas ao Tesouro Nacional por força da Medida Provisória nº 2.196. É o caso também das operações de PESA contratadas após a edição MP nº 317, que não serão contempladas com a redução de valor provenientes de bônus e dispensa de multas.

Este entendimento restritivo foi introduzido pela Resolução Bacen nº 3.418, de 3 de novembro deste ano. A inocuidade da MP 317 e os conflitos causados pela Resolução nº 3.418 geraram equívocos na interpretação das normas, confundindo os agentes financeiros e provocando insegurança entre os produtores. Ao procurarem os agentes financeiros privados e para manifestar interesse em prorrogar e/ou refinar seus contratos, os agricultores recebem como resposta a informação de que poderão realizar os pagamentos até 29 de dezembro. Mas o pagamento será no valor da parcela cheia dos financiamentos, isto é, sem bônus e com correção plena, o que eleva o valor da parcela em cerca de 70%.

Nordeste – Renegociação frustrada

Apesar de todo esforço de negociação da Comissão Nacional de Assuntos do Nordeste da CNA e Federações da Agricultura da região, o Projeto de Lei nº 4514, que previa a renegociação das dívidas rurais da região da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste) foi vetado, em março, pela Presidência da República. Como prêmio de consolação, o Poder Executivo encaminhou a Medida Provisória 285, posteriormente transformada na Lei 11.322, regulamentando o assunto.

A discussão em torno da MP 285 mobilizou as lideranças rurais na busca de uma solução definitiva para o grave problema do endividamento da região, mas a resistência por parte de setores de

Governo limitou o alcance das mudanças. Por fim, foi aprovado um texto legal complexo e restritivo, que não atingiu as expectativas do médio produtor. Todas as tentativas de resgatar os aspectos não atendidos pela Lei, incluindo-os em outras Medidas Provisórias editadas pelo Governo, foram frustradas. O assunto deverá ser motivo de novo embate junto ao Governo e no Legislativo, no próximo ano.

Perspectivas 2007

O endividamento do setor rural está longe de ser solucionado, uma vez que as medidas adotadas abrangem períodos de crise e surtem efeito no curto prazo. Para reverter esse quadro, seriam necessárias medidas estruturantes, além de uma política agrícola que amenize as oscilações de renda do setor. Enquanto isto não acontecer, a cada safra, estaremos dando sempre dois passos à frente e um atrás.

Luciano Marcos de Carvalho

luciano.carvalho@cna.org.br

Grãos

Balanço 2006

Produção cresce em 2006, mas o faturamento bruto do produtor caiu

A produção brasileira de grãos cresceu 5,3% em 2006, atingindo a marca dos 119,9 milhões de toneladas. Apesar da redução da área plantada em 3,7%, a regularidade climática na maioria das regiões produtoras garantiu o bom desempenho das lavouras, resultando em boa produtividade.

Os resultados positivos na região sul do País, cuja produção é estimada em 51 milhões de toneladas, 27% superior à safra passada, puxaram para cima a produção brasileira de grãos. Esse incremento decorre da regularidade climática e o elevado percentual de crescimento é explicado pela baixa produtividade obtida nas duas safras anteriores.

Nas demais regiões, a exceção do Nordeste, o clima ajudou, mas o impacto da redução de área plantada foi mais forte, contribuindo para a queda da produção.

No Centro-Oeste, a produção foi 6% menor, chegando a 40 milhões de toneladas. Os custos ainda elevados na safra 2005/2006 e as restrições creditícias, agravados pelas dificuldades logísticas da região, impactaram na redução de 1,3 milhão de hectares de área plantada. Este quadro, somado às perdas climáticas localizadas e a incidência da ferrugem asiática nas lavouras de soja, resultaram na produção de 39,6 milhões de toneladas, contra 41,2 milhões de toneladas produzidas na safra anterior.

Mesmo com boa safra, foi um ano difícil. Para a maioria dos produtos, houve reação dos preços no mercado somente no segundo semestre. O faturamento bruto da produção de cereais, fibras e oleaginosas caiu para R\$ 46,2 bilhões, cerca de 14,76% menor que em 2005, quando atingiu R\$ 54,2 bilhões.

A rentabilidade das lavouras não remunerou a atividade e os produtores acumularam, além da perda de renda, uma dívida de longo prazo. Somando-se o crédito rural oficial e o financiamento privado, o endividamento está avaliado em R\$ 20 bilhões, resultado da queda dos preços no mercado internacional e do câmbio valorizado nos últimos dois anos.

Perspectivas 2007

Aumento da produção e queda da área plantada

A produção de brasileira de grãos e fibras, em 2007, foi estimada em 120,2 milhões de toneladas, segundo números divulgados pela Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab). Novamente, houve queda da área plantada, desta vez atingindo todas as regiões produtoras.

A descapitalização dos produtores, o elevado grau de endividamento, as dificuldades de acesso a crédito e a baixa rentabilidade das lavouras influenciaram negativamente o plantio da safra.

Centro-Oeste: Foi a região que, novamente, sentiu com maior intensidade esses fatores. Na safra 2006/2007, plantou-se 13,3 milhões de hectares, com queda de 7,4% em relação ao ano anterior. Somando-se a queda de área plantada das duas últimas safras,

quando se agravou a crise de renda na região, verifica-se a retração de dois milhões de hectares na área de plantio.

A soja foi a cultura que teve maior queda de área plantada, atingindo cerca de 9,0 milhões de hectares. Nesta safra, devido ao clima favorável e à antecipação das chuvas provocadas pelo El Niño, o plantio foi antecipado, sendo usadas preferencialmente variedades precoces e semi-precoces. Esta preferência demonstra a preocupação dos produtores com o controle da ferrugem asiática e o interesse no plantio da segunda safra, tanto do algodão como do milho, que apresentam preços internacionais favoráveis. O agricultor, ao utilizar esta estratégia, busca reduzir também os custos de produção, que são distribuídos entre as culturas.

Na região, observa-se a prática da venda antecipada da produção, que este ano atinge 15% das vendas até a primeira quinzena de novembro. Este mecanismo é utilizado para gerar caixa para o plantio, comprometendo-se parcela da produção antecipadamente. Comparando-se aos anos anteriores, verifica-se que as vendas comprometem a produção dentro das médias dos anos anteriores, que foram de 13% e 15% em 2004/2005 e 2005/2006, respectivamente.

Mato Grosso é o Estado com maior percentual de safra comprometida, somando o volume de 5,5 milhões de toneladas ou 38% da produção estimada. Esta é a média que o Estado vem comprometendo anualmente, embora esteja abaixo da média ponderada de 46% dos últimos cinco anos. Entre os Estados do Centro-Oeste, nesta safra, a venda antecipada cresceu mais no Mato Grosso do Sul. Em 2004 e 2005, este percentual era de 18% e, em 2006, voltou a atingir as médias ponderadas anuais, avaliadas em 28%.

Goiás também comprometeu o elevado percentual elevado de 22% nas vendas antecipadas da produção. O volume comprometido atinge os mesmos patamares do ano passado, porém é inferior a média ponderada de 35%, dos últimos cinco anos, para o período.

A média de preços para a venda antecipada na região chega a US\$ 10,50/11,00 em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e US\$ 12,00/12,50, em Goiás, para entrega no período de colheita. Em algumas regiões, a venda antecipada já atinge volumes da safra 2007/2008, em pequenos lotes na região Sapezal/Campos de Júlio, no Mato Grosso, com preços na casa dos US\$ 11,40.

As áreas não plantadas no Centro-Oeste são aquelas com maiores custos de produção, consideradas de alto risco, como as arenosas e da conversão de pastagens. Ainda nesta safra, a área convertida da área de grãos para outras culturas, como a cana-de-açúcar, é bastante pequena. Esse processo tem atingido mais fortemente as áreas de pastagens, em especial, Municípios de Mato Grosso do Sul.

O cenário é inverso para a cultura no algodão no Centro-Oeste. Nesta safra, a região apresenta aumento de 32,7% na área plantada, atingindo cerca de 617,9 mil hectares de plantio da cultura. Apesar do aumento considerável, a área plantada é 6,15% inferior ao plantio realizado em 2004/2005.

A produção de algodão em pluma poderá atingir 864,7 mil toneladas. Cerca de 38% dessa produção está comprometida com a venda antecipada, a maioria para atender contratos de exportações.

Os números estimados para a cultura do milho na região são imprecisos, visto que, tradicionalmente, dedica-se ao plantio do milho na segunda safra. Pelo desenvolvimento da safra até o momento, as expectativas do mercado do milho e o movimento da troca de insumos junto às *tradings*, há indicativo de que haverá aumento da área plantada da cultura.

Sul: Apresenta estimativas de redução de 5% da área plantada para 2007, atingindo as culturas do milho, algodão e arroz. Para a cultura da soja, no entanto, a previsão é de aumento de área plantada. Em algumas regiões, como o noroeste do Paraná, a cultura de grãos está sendo preterida pela de cana-de-açúcar que, neste momento, apresenta melhor rentabilidade.

Nesta região, a venda antecipada de soja não é um mecanismo de uso tradicional, atingindo cerca de dois milhões de toneladas até a primeira quinzena de novembro. Este volume está dentro das médias históricas para a região, avaliadas em cerca de 10%.

Quanto ao milho, cultura de destaque na região, em que pese as boas perspectivas de mercado, há estimativa de 8,3% de queda de área plantada. Tal perda é resultado da recuperação tardia dos preços da *commodity* e dos custos de produção, mais elevados que a soja, que apresenta melhor rentabilidade para os Estados do sul do País.

Norte e Nordeste: Nestas regiões, destaca-se o aumento de área plantada em Tocantins e Bahia, como resultado do aumento de 14% da cultura do algodão na Bahia e de 30% da cultura do arroz no Tocantins.

Para a cultura da soja, há queda de 4,1% da área plantada da cultura na região Norte e de 1,5% na região Nordeste. Chama a atenção o elevado grau de comprometimento de venda antecipada na Bahia e no Maranhão. Na Bahia, o percentual da produção já vendido chega a 41% nesta safra, contra 28% no ano passado e 39% na média histórica. No Maranhão a venda antecipada atinge 24% da produção estimada, frente aos valores inexpressivos das safras passadas. A retomada os contratos de venda antecipada nesta safra é justificado pelas dificuldades de acesso ao crédito rural formal.

Mercado internacional

A movimentação do mercado internacional de *commodities* e as expectativas de preços para 2007 acenam positivamente para a agricultura. Mas, foi-se o tempo em que os produtores rurais se balizavam somente em oferta, câmbio e preços para comercializar sua safra. Em uma economia globalizada, os fundamentos de mercado muitas vezes cedem espaço para outras variáveis, como política econômica e taxa de juros dos países em desenvolvimento, taxa de crescimento mundial, petróleo, ouro e outras *commodities* que influenciam a formação dos preços agrícolas.

Exemplo disso é o mercado de soja neste ano. As perspectivas de crescimento mundial favoreceram a elevação das cotações do petróleo, que puxaram as cotações do óleo de soja, refletindo-se nas cotações do grão. Na busca de alternativa para o petróleo, surgiram o etanol e o biodiesel, o que agravam as expectativas de escassez de milho, cuja cotação bateu recorde na Bolsa de Chicago. Com o milho, vieram o trigo e a soja. Quando os preços pareciam não querer reagir, subiram em disparada.

Esse movimento pendular no mercado de grãos se origina da atuação dos fundos de investimento nos mercados de *commodities*. Com base na pauta desses fundos é possível traçar um cenário para 2007, analisando-se variáveis que podem indiretamente influenciar a agricultura brasileira.

Crescimento mundial

Quando o assunto é crescimento mundial, três fatores podem ser considerados. O primeiro deles é que o ano será marcado por

pressões inflacionárias, sobretudo nas economias avançadas. Exemplo disso é a economia norte-americana. Este fator poderá gerar um aperto monetário nesses países, por meio da elevação da taxa de juros, que tende a reduzir a taxa de crescimento, refletindo negativamente na demanda.

Como a economia desses países é mais estável, absorve os capitais especulativos de países como o Brasil, que adotaria postura ainda mais conservadora, mantendo a taxa de juros em patamares próximos aos atuais no ano que vem. A expectativa do mercado é que a taxa básica de juros da economia fique em 12% ao ano.

O segundo fator, considerado positivo, é a expansão do comércio mundial, que deverá seguir na mesma média de 8% ao ano dos anos anteriores. Na agricultura, traz a perspectiva de bom desempenho para grãos, complexo de carnes, álcool e celulose.

O último fator, não menos importante, são as cotações do petróleo. Apesar da queda no segundo semestre de 2006 e da retração da economia norte-americana, tendem a continuar altas e voláteis em 2007, gerando risco à economia global.

Economia brasileira

A inflação medida pelo IPC deve encerrar o ano em 3%, resultado do conservadorismo da política econômica brasileira, mesmo em ano eleitoral. No entanto, o controle inflacionário está longe de significar a estabilidade da economia brasileira, que depende de extensa agenda de reformas para garantir o tão esperado crescimento sustentável.

As projeções do mercado para a economia brasileira apontam para o crescimento de 2,86% em 2006. Esse fraco desempenho leva o mercado novamente a apostar em um parco crescimento em 2007, avaliado em 3,5%, abaixo do índice mundial, que deve chegar a 4,8%.

Com o atual cenário, as expectativas são de que a taxa de juros brasileira fique em 12%. As projeções para o dólar apontam para cotações médias de US\$ 2,21, encerrando o ano em patamares próximos a R\$ 2,25.

Para a agricultura, um câmbio nestes patamares significa o equilíbrio entre o período de compra de insumo, em média a R\$ 2,16, e o período de comercialização da safra. Também indica que, se não houver contratempos na economia mundial, o produtor poderá, além do ganho com as cotações internacionais, ser favorecido pela valorização do câmbio.

Agroenergia aquece mercado

A agroenergia aqueceu o mercado internacional com o aumento do consumo do etanol e do biodiesel, alterando os fundamentos da formação de preços no mercado de grãos. Este aquecimento é impulsionado pela perspectiva de demanda internacional e pelas elevadas cotações do petróleo, que atingiram a cotação máxima de US\$ 77,03 por barril, em julho.

Em busca de alternativas para o consumo de petróleo, a produção de etanol aumentou o consumo do milho. Elevou as cotações da *commodity* para os melhores patamares desde 1996, trazendo consigo as cotações da soja e do trigo.

Milho

Cotações atingem os maiores patamares dos últimos 10 anos

Além da expectativa de aumento do consumo do milho, o último relatório do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) efetuou generoso corte nas estimativas de produção norte-americanas. No relatório de outubro, a estimativa era de 277 milhões de toneladas, caindo para 272,6 milhões de toneladas em novembro.

No mesmo relatório o USDA reduziu, pela segunda vez consecutiva, as projeções de exportação para 1,3 milhão de toneladas e do consumo animal para 1,2 milhão de toneladas. Manteve, no entanto, em 54,6 milhões as projeções de demanda de milho para a produção de etanol.

Esses números geraram expectativas altistas no mercado e protesto entre os produtores de aves e suínos. O aumento dos preços do cereal reduz suas margens, pois deixa clara a primazia da produção de etanol.

Conforme as projeções do USDA, as exportações também foram preteridas em relação ao etanol. Este cenário gera no mercado internacional a expectativa de escassez da *commodity* na próxima temporada, cuja produção está avaliada em 688,73 milhões de toneladas, frente a um consumo avaliado em 723,27 milhões de toneladas. Comparada à safra anterior, observa-se a queda de 0,66% na produção e o incremento de 3,33% no consumo mundial.

Chama atenção no relatório do USDA a relação estoque-consumo dos Estados Unidos, a menor desde a safra 1995/1996. Os estoques finais norte-americanos estão estimados em 23,76 milhões de toneladas. Contraposto às estimativas de consumo e exportações, avaliados em 299,48 milhões de toneladas, projeta uma relação estoque consumo de 7%.

Os preços do milho no mercado brasileiro têm a sua formação no mercado interno. Entretanto, com as expectativas altistas no mercado internacional e a preferência dos consumidores por produtos não transgênicos, colocam o Brasil na linha de frente dos países com potencial exportável de milho.

O reflexo dos preços internacionais no mercado interno brasileiro deriva, a partir de agora, da paridade importação/exportação. Com os preços internacionais experimentando a marca dos US\$ 3,00 por bushel e as cotações do dólar estáveis em R\$ 2,16/2,17, os preços para exportação estão praticamente nos mesmos patamares dos preços praticados no mercado interno. Desta forma, se os preços internacionais mantiverem sua tendência de alta, possivelmente irão superar os preços internos, gerando a preferência pela exportação na próxima safra.

É preciso considerar, no entanto, que o milho é colhido e comercializado no mesmo período que a soja. A concorrência gerada entre os dois produtos, principalmente em termos logísticos, pode reduzir a competitividade da *commodity* para venda no mercado externo.

Mas, pode-se adotar a estratégia de anos anteriores, quando parcela da produção de milho da região Sul é exportada, por ter custos logísticos menores. Posteriormente, para garantir o quadro de suprimento da região, adquire-se a *commodity* na região Centro-Oeste, produzida em segunda safra e escoada quando a pressão logística de pico de safra estiver amenizada.

Soja

Cotações acima da média em período de safra recorde

Mesmo em período de safra recorde norte-americana, a soja vinha mantendo preços calcada nas altas do petróleo, em função do aumento do consumo do óleo, insumo para a produção de biodiesel. A

concorrência gerada entre as três culturas – soja, milho e trigo – plantadas no mesmo período nos EUA, sinaliza que possivelmente haverá queda da área plantada da soja e do trigo. A preferência pelo milho gera a expectativa de produção menor em 2006/2007, enquanto os números do USDA apontam para crescimento da demanda de todo o complexo oleaginoso.

A expectativa de oferta menor na próxima temporada eleva a especulação no mercado, principalmente pelos fundos de pensão, que atualmente têm apostado nesse cenário. Enquanto não houver um fato novo no mercado, como números mais concretos da safra sul-americana, que dita o tamanho da produção mundial no período 2006/2007, a tendência do mercado é manter esta posição. Apresentará períodos de altas e baixas fundamentadas na concorrência com o milho e as cotações do óleo.

De qualquer forma, tomando-se por base os últimos fechamentos em Chicago, é visível, neste momento, o descolamento das cotações da soja dos preços do petróleo.

Trigo

Queda da produção e concorrência de área sustentam cotações no mercado

Os preços no mercado do trigo, cuja escassez já era anunciada pela perda da produção australiana, ganharam força, atingindo o mercado brasileiro. As expectativas de preços no mercado tritícola interno são altistas para o próximo ano.

Para abastecer o mercado interno, o Brasil deverá importar cerca de 70% do trigo a ser consumido no País. O consumo brasileiro está avaliado em 10,396 milhões de toneladas, frente a produção de 2,2 milhões de toneladas. Desta forma, considerando os estoques internos, as importações brasileiras possivelmente atingirão cerca de 7,9 milhões de toneladas.

Mesmo com as importações, o quadro de suprimento para 2007 é bastante justo, finalizando o período com estoques de 278 mil toneladas, 44% menores que o período anterior. Considerando estes números, a relação estoque/consumo brasileira para o trigo é de 2,7%, o menor índice dos últimos oito anos.

O principal fornecedor de trigo para o Brasil é a Argentina, que deve produzir cerca de 14 milhões de toneladas, se não houver

problemas climáticos que influenciem negativamente a produtividade das lavouras. Caso isto ocorra, a Argentina poderá limitar o volume das suas exportações, elevando ainda mais os preços para o Brasil.

Insumos

Balanço 2006

Perda de renda e renegociação de dívidas atrasam comercialização de insumos

O setor agropecuário caminhou em ritmo lento em 2006, da comercialização do produto à aquisição de insumos para o plantio da safra agrícola seguinte. Preços baixos, perspectivas desestimulantes e a espera por preços melhores na entressafra atrasaram a comercialização de grãos, que fluiu somente com o início dos leilões de opção lançados pelo Governo Federal, no mês de junho.

Nesta safra, foram utilizados instrumentos novos, como o PROP, o PESOJA e o PEPRO, por meio dos quais se aplicou cerca de R\$ 600 milhões na subvenção para a soja. Estes instrumentos já eram utilizados para outras culturas.

Houve atraso na aplicação de recursos do crédito rural em relação aos anos anteriores, justificada pelo grande volume de contratos renegociados. Na safra passada, dos R\$ 44,3 bilhões programados para o financiamento do plantio, foram aplicados R\$ 9,9 bilhões até setembro, o que representa 23% do programado. Em 2006, da programação de R\$ 50 bilhões, aplicou-se no mesmo período 18%, representando queda de 8% em relação ao ano anterior.

As dificuldades de financiamento e um mercado ainda nebuloso até o mês de outubro represaram a comercialização de insumos, que vinha ocorrendo em ritmo lento. Para atender à pressão da demanda no final do ano, foi preciso acelerar as vendas.

Com Chicago e Nova York operando acima da média história em pleno pique de safra no hemisfério norte, os produtores que puderam fizeram suas apostas em um 2007 melhor. No entanto, o impulso dado pela onda de otimismo no último trimestre de 2006 garantiu certo fôlego ao setor, mas não foi suficiente para recuperar o período de estagnação.

Esse movimento garantiu ao segmento de fertilizantes o recorde de comercialização e entrega no mês de outubro. Operando a plena

capacidade, o setor entregou ao consumidor final 3,4 milhões de toneladas de fertilizantes. Nas regiões onde os efeitos da crise de renda foram mais graves, como o Centro-Oeste, o aquecimento nos últimos três meses do ano garantiu o retorno das vendas aos níveis históricos para o período. Assim, o volume total de 2006 atingiu os mesmos patamares do ano passado, de 16,3 milhões de toneladas. A análise dos dados mensais e anual mostra que a demanda foi impulsionada pelas culturas de cana-de-açúcar, café e citros.

A produção de calcário apresentou cenário diferente, em 2006, registrando queda de 14% quando comparado ao ano de 2005. No ano passado, atingiu 17,0 milhões de toneladas, enquanto, para 2006, a produção é avaliada em 14,6 milhões de toneladas.

O mercado de defensivos foi o que mais sentiu a retração da agricultura brasileira. Além de absorver o maior percentual da dívida privada do setor, estimada em R\$ 3,50 bilhões, deve encerrar o ano com a redução das vendas do setor. Em 2005, o faturamento do setor chegou a R\$ 10 milhões, com destaque para os segmentos herbicidas (R\$ 4,1 bilhão), fungicidas (R\$ 2,5 bilhões) e inseticidas (R\$ 2,7 bilhões). Para 2006, o mercado de defensivos apresenta queda de 16,7% em relação a 2005, atingindo o valor de R\$ 8,3 bilhões.

As vendas no mercado de máquinas agrícolas seguiram ritmo semelhante a 2005. De janeiro a outubro, foram vendidas 19.735 máquinas, entre tratores de rodas e esteira, cultivadores motorizados e colheitadeiras, enquanto em 2005 foram vendidas 19.183 unidades. Quando comparados os dois anos, verifica-se aumento de 2,88% em 2006, porém o desempenho está aquém dos resultados obtidos em anos anteriores. Ao se comparar dados de 2006 com os de 2004, quando foram vendidas 32.602 unidades, de janeiro a outubro, observa-se queda de 65,20% nas vendas.

Perspectivas 2007

Apesar de não haver um horizonte claro, as perspectivas para o mercado de insumos sinalizam leve recuperação no próximo ano, fato já observado no desempenho do setor no último trimestre de 2006. No entanto, as empresas têm adotado uma postura defensiva, cancelando eventos difusores de tecnologia, como duas edições do Agrishow Cerrado.

O segmento aposta na continuidade do crescimento das culturas que tiveram bom desempenho em 2006 e na recuperação do setor de

grãos, que poderão acelerar o ritmo do setor sem, no entanto, atingir as médias dos anos anteriores, até 2004. O comprometimento financeiro dos produtores rurais intimida novos investimentos, mesmo que as expectativas do mercado de *commodities* sejam positivas.

Emprego

Balanço 2006

Crise e rigidez de normas elevam desemprego rural

O emprego no setor repetirá, em 2006, o pífio desempenho observado no ano passado. Projeções da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indicam que o saldo de novos postos de trabalho gerados pela agropecuária deverá ser negativo até o final de dezembro de 2006. Haverá 10 mil demissões a mais do que o número de admissões no campo.

As razões desta performance estão ligadas à crise de renda, preços e câmbio valorizado, mas pode-se atribuir também ao início da vigência da rígida Norma Regulamentadora Rural (NR) nº 31, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que normatiza aspectos da segurança e saúde do trabalhador rural. Enquanto o Ministério da Fazenda poupa medidas para recuperar os estragos da crise vivida pelo setor, o Ministério do Trabalho e Emprego adota normas, como a NR 31, cujo nível de exigência e excessiva burocracia afastam os empreendedores rurais do interesse em contratar novos empregados.

Segundo dados do Cadastro Geral do Emprego e Desemprego (CAGED), o saldo acumulado de empregos gerados no setor agropecuário, até outubro deste ano, foi de 155.154, ligeiramente superior ao observado em igual período do ano passado, de 146.895. A média histórica do saldo de empregos, nesta época, é de 188.691 mil ocupações que, se comparada ao saldo acumulado do mês, apresenta redução de 33 mil postos de trabalho, demonstrando a continuidade e o reflexo econômico e social da crise da agropecuária.

O setor rural, dado as suas características, repete anualmente o crescimento do emprego a partir de maio, mantendo grande número de contratações de empregados até setembro, influenciado pela demanda de mão-de-obra nas colheitas de laranja, café e cana-de-açúcar. No quarto trimestre de cada ano, observa-se um decréscimo no saldo de empregos agropecuários que, nos anos de crise, pode

chegar a valores negativos, eliminando empregos gerados em anos anteriores. Em dezembro de 2005, o saldo foi negativo em 12.878, contra quase 80 mil postos criados em 2004, quando a agropecuária brasileira apresentava resultados surpreendentes, sustentados pelo preço e câmbio favoráveis, além de boas condições climáticas.

Sob o ponto de vista regional, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, juntos, respondem por 86% do saldo acumulado de novos empregos rurais gerados no País até setembro. Essa diferença entre os Estados é explicada pela contratação de mão-de-obra originária principalmente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, utilizada temporariamente na colheita da cana-de-açúcar.

A legislação trabalhista rural em vigor no País também não contribui para a manutenção do emprego no campo. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) cita pesquisa do Banco Mundial, feita em 155 países, que coloca o Brasil entre os países que impõem maiores custos sobre as demissões e aquele de menor flexibilidade na contratação.

Como se não bastassem esses problemas causados pela legislação urbana aplicada no campo, o Ministério do Trabalho e Emprego ainda editou a Norma Regulamentadora Rural (NR) 31, que regula os procedimentos de segurança e saúde a serem observados no setor rural. Tal regulamento é o mais rígido do gênero existente no mundo. Pode ser comparado apenas à Convenção nº 184, que trata do mesmo tema, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada apenas por oito dos seus 179 países membros: Eslováquia, Finlândia, Quirguistão, República da Moldávia, São Tomé e Príncipe, Suécia, Uruguai e Argentina. Esse baixo percentual de ratificação de apenas 4,5% dos países membros é claro demonstrativo dos excessos da regulamentação, cujo cumprimento já está sendo cobrado dos produtores brasileiros, por meio da NR 31.

Cabe lembrar que os países produtores primários, que concorrem diretamente com o Brasil no mercado externo, não estão preparados para se submeterem à regulamentação deste tipo. O nível de exigência da NR 31 poderá, inclusive, acelerar o processo de mecanização do trabalho no campo, servindo de estímulo à aquisição de colheitadeiras capazes de substituir o trabalho de 120 homens/dia. O investimento para aquisição de um lote de três destas máquinas exige investimentos da ordem de R\$ 300 mil/máquina.

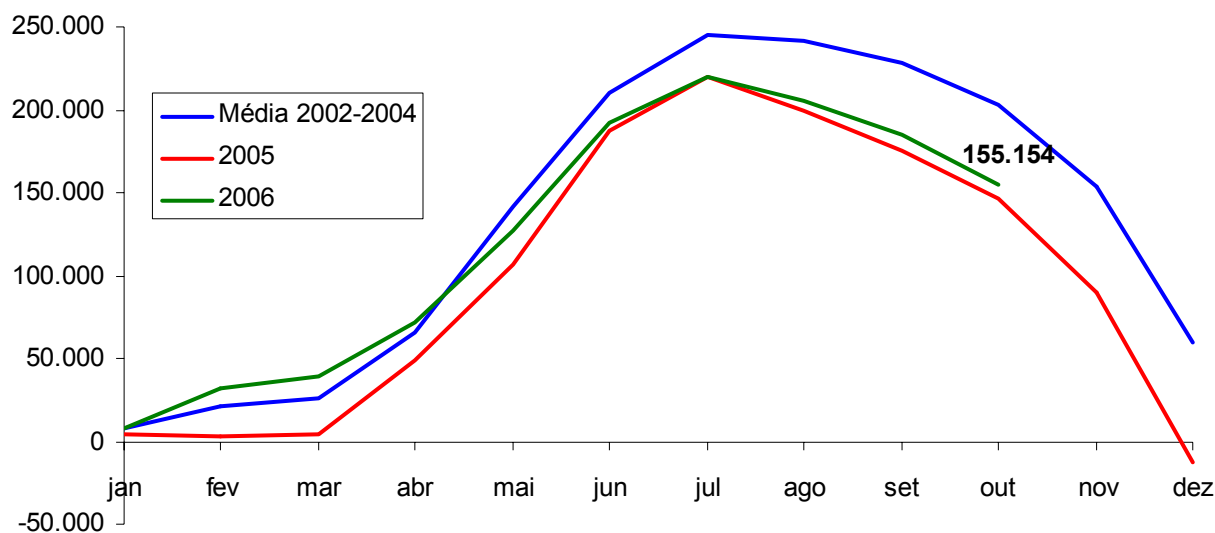
No âmbito do agronegócio, os péssimos resultados da atividade agropecuária também ocasionaram redução dos empregos nos setores de fabricação de sapatos, máquinas agrícolas e de móveis de madeira. Estes setores mereceram, inclusive, o apoio de políticas públicas, com recursos do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), prorrogando por mais dois meses a concessão de seguro desemprego aos empregados dispensados no período de janeiro de 2005 a junho de 2006.

Perspectivas 2007

Diante das projeções pouco animadoras para o emprego rural, talvez seja o momento de rever procedimentos e normas que podem comprometer a utilização de trabalhadores temporários. É preciso estimular a empregabilidade mediante incentivos e ainda assegurar a manutenção e geração de novos postos de trabalho, implementando medidas de proteção da renda e da liquidez do setor. É bom lembrar que, segundo estudos do BNDES, para cada R\$ 10 milhões de aumento no faturamento, o setor agropecuário tem capacidade de gerar 828 empregos totais. Entre os segmentos que mais geram emprego, seis deles pertencem ao agronegócio.

Luciano Marcos de Carvalho
luciano.carvalho@cna.org.br
Clovis Veloso de Queiroz Neto
clovis.neto@cna.org.br

Comportamento do Emprego Rural - 2002 a 2005



Fonte: MTE/Caged

Balança Comercial

Balanço 2006

Exportações do agronegócio continuam a crescer, mas em ritmo menor

A balança comercial do agronegócio registrou saldo de US\$ 39,32 bilhões, de janeiro a novembro de 2006, com resultado 11,3% superior em relação ao saldo verificado no mesmo período de 2005, de US\$ 35,34 bilhões. O saldo do agronegócio representa 96% do saldo total da balança comercial brasileira no período. As receitas de exportação do agronegócio cresceram 13,4%, nos 11 meses do ano, alcançando a cifra de US\$ 45,28 bilhões. O ritmo de crescimento das exportações do agronegócio, no entanto, é inferior ao crescimento das exportações da economia brasileira com um todo, de 16,6% no período. O descompasso entre as diferentes taxas fez com que diminuísse o peso do agronegócio nas exportações, que caiu de 37,2%, de janeiro a novembro de 2005, para 36,12% no mesmo período de 2006.

Projeta-se para o agronegócio, em 2006, exportações totais de US\$ 49,5 bilhões e importações de US\$ 6,5 bilhões, ficando em US\$ 43 bilhões o saldo das transações externas do setor, superior em 12,0% ao saldo de 2005, de US\$38,4 bilhões. Como a safra de grãos e a produção das carnes devem se manter, em 2007, em níveis próximos aos verificados em 2006, o comportamento das exportações no próximo ano estará bastante atrelado à evolução dos preços internacionais.

Pelo lado das importações, o aumento foi de 30,1% em relação ao período de janeiro a novembro do ano passado, alcançando US\$ 5,97 bilhões. A razão principal para esse incremento foi o barateamento do custo dos produtos importados, devido ao câmbio favorável e à elevação de 49,5% nas importações de trigo. Essa elevação decorre, principalmente, da redução de quase 20% da safra nacional e a conseqüente elevação das importações para complementar o abastecimento interno.

As exportações do complexo soja, que continuam liderando as exportações do agronegócio, apresentaram pequeno decréscimo de 0,8%, com as exportações caindo de US\$ 8,92 bilhões, no mesmo período de 2005, para US\$ 8,84 bilhões em 2006. Apesar do pequeno acréscimo de 1,9% na quantidade exportada, os preços de venda foram 2,7% menores, comparados ao mesmo período do ano passado. É importante destacar que continua a tendência, já registrada nos últimos anos, de aumento das exportações de grãos, concomitante à redução das exportações de farelo e óleo.

Estima-se, para 2006, a exportação total de US\$ 9,4 bilhões em todo o complexo soja, similar ao valor exportado no ano passado, de US\$ 9,47 bilhões. A crescente participação da soja em grão nas exportações deve ser o principal fator responsável por essa redução. A tendência de recuperação dos preços internacionais pode resultar num incremento no valor das exportações para 2007.

As exportações do complexo carnes, no período, englobando carne bovina, aves e suína, apresentam crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, embora o comportamento seja diferenciado por segmento. O valor das exportações das carnes deve alcançar cerca de US\$ 8,5 bilhões em 2006. Para 2007, o cenário é um pouco mais promissor para as carnes, uma vez que devem arrefecer os efeitos negativos que afetaram as exportações em 2006, como da gripe aviária e febre aftosa.

No caso da carne bovina, as exportações aumentaram 27,3%, devido a um crescimento do volume exportado de 10,1% e elevação de 15,6% nos preços externos. As exportações de carne de frango continuam com tendência de queda, diminuindo 7,7% no período, em decorrência da redução de 4,8% do volume exportado. A retração do consumo na Europa, maior mercado consumidor do produto brasileiro, vem afetando o desempenho das exportações do setor.

A carne suína foi o destaque negativo no complexo carnes, no período, cujas exportações caíram 12,2%, devido principalmente ao embargo imposto pela Rússia, nosso principal mercado, e a conseqüente redução dos embarques para aquele país.

Outros produtos com crescimento expressivo das exportações neste período foram produtos florestais (+10,7%), com destaque para papel e celulose (19,9%). Fumo e seus derivados tiveram aumento de 10,4% e suco de frutas – sobretudo suco de laranja – registrou elevação de 27,7%, devido principalmente ao aumento das cotações internacionais do suco de laranja, ocasionado por problemas climáticos ocorridos na Flórida, Estados Unidos. As exportações de café, que tiveram expressivo crescimento de 42,16% no último ano, estão crescendo num ritmo inferior. As exportações aumentaram 13,0% em relação aos níveis do ano anterior.

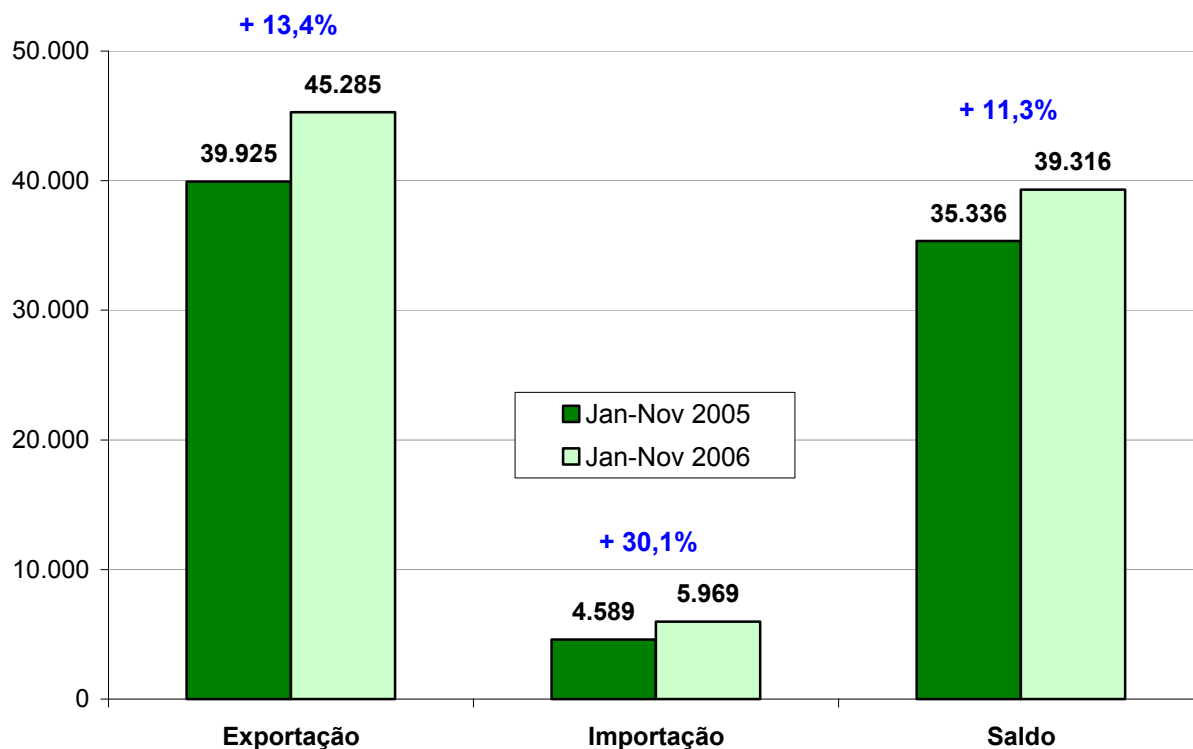
Perspectivas 2007

O forte crescimento das exportações do setor de açúcar e álcool tem compensado o menor crescimento das exportações de carnes e a estagnação das vendas externas do complexo soja, permitindo desempenho similar ao das exportações do ano anterior, apesar da apreciação cambial. Caso as exportações do setor sucroalcooleiro se mantenham no mesmo ritmo, projeta-se para 2007 um desempenho próximo ao das exportações de carnes em 2006. Desta forma, o açúcar e o álcool assumirão a segunda posição na pauta exportadora do agronegócio no ano que vem, se aproximando das exportações do complexo soja.

O setor sucroalcooleiro foi o grande destaque positivo da balança do agronegócio em 2006, com as exportações crescendo 60,7% no período, atingindo US\$ 6,92 bilhões. Este crescimento se deve à acentuada elevação dos preços do açúcar e álcool no mercado internacional, de 54,0% e 61,8%, respectivamente. O forte crescimento de 30,9% no volume de álcool exportado, sobretudo para

suprir a crescente demanda dos Estados Unidos, foi também responsável pelo bom desempenho do setor.

Balança Comercial do Agronegócio (Janeiro a Novembro de 2006)



Fonte: Balança Comercial/MAPA

Brasil - Balança do Agronegócio (2000 a 2006)

Anos	Exportações	Importações	Saldo	▲ Saldo %
2000	20.610	5.799	14.811	-
2001	23.863	4.847	19.016	28,4%
2002	24.839	4.492	20.347	7,0%
2003	30.639	4.791	25.848	27,0%
2004	39.015	4.881	34.134	32,1%
2005	43.601	5.185	38.416	12,5%
2006(*)	49.500	6.500	43.000	11,9%

(*) Estimativa

Fonte dos Dados Básicos: MDIC/Secex

Elaboração: CNA/Decex

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

Produtos	Janeiro a Novembro de 2006								
	Valor (US\$ milhões)			Quantidade (mil toneladas)			Preço Médio (US\$ / t)		
	2006	2005	Δ %	2006	2005	Δ %	2006	2005	Δ %
EXPORTAÇÕES									
Complexo soja	8.841	8.916	-0,8%	38.025	37.326	1,9%	232	239	-2,7%
Soja em grãos	5.543	5.107	8,5%	24.479	21.476	14,0%	226	238	-4,8%
Farelo de soja	2.210	2.657	-16,8%	11.354	13.404	-15,3%	195	198	-1,8%
Óleo de soja	1.088	1.152	-5,6%	2.192	2.446	-10,4%	496	471	5,4%
Carnes	7.893	7.484	5,5%	4.649	4.767	-2,5%	1.698	1.570	8,1%
Carne bovina	3.597	2.826	27,3%	1.393	1.265	10,1%	2.582	2.235	15,6%
Carne de frango	2.907	3.150	-7,7%	2.475	2.600	-4,8%	1.174	1.212	-3,1%
Carne de Peru	243	238	2,2%	145	149	-2,4%	1.671	1.596	4,7%
Carne Suína	952	1.085	-12,2%	483	579	-16,5%	1.972	1.876	5,1%
Açúcar e álcool	6.921	4.308	60,7%	19.098	18.858	1,3%	362	228	58,7%
Açúcar	5.446	3.610	50,8%	16.591	16.943	-2,1%	328	213	54,0%
Álcool	1.476	697	111,7%	2.506	1.915	30,9%	589	364	61,8%
Produtos Florestais	7.200	6.505	10,7%	13.427	13.365	0,5%	536	487	10,2%
Madeiras e suas obras	3.539	3.453	2,5%	5.922	6.567	-9,8%	598	526	13,7%
Papel e celulose	3.661	3.053	19,9%	7.505	6.798	10,4%	488	449	8,6%
Frutas frescas	432	401	7,7%	730	746	-2,2%	591	537	10,1%
Couro e seus produtos	3.151	2.768	13,8%	455	388	17,3%	6.920	7.134	-3,0%
Café	3.033	2.683	13,0%	1.416	1.327	6,7%	2.142	2.022	5,9%
Café em grãos	2.642	2.315	14,1%	1.343	1.243	8,0%	1.966	1.862	5,6%
Café solúvel	342	325	5,4%	60	70	-13,9%	5.680	4.640	22,4%
Fumo e seus produtos	1.639	1.485	10,4%	538	560	-4,0%	3.047	2.652	14,9%
Algodão	303	380	-20,2%	273	330	-17,2%	1.112	1.154	-3,6%
Sucos de frutas	1.416	1.109	27,7%	1.681	1.723	-2,4%	842	644	30,8%
Pescados	340	377	-9,7%	71	86	-17,3%	4.773	4.373	9,1%
Lácteos	156	127	22,6%	91	73	25,0%	1.701	1.735	-1,9%
Demais produtos	3.960	3.382	17,1%	-	-	-	-	-	-
IMPORTAÇÕES									
Trigo	859	575	49,5%	5.589	4.332	29,0%	154	133	15,9%
Borracha natural	360	251	43,5%	156	164	-5,0%	2.310	1.529	51,1%
Arroz	147	113	30,5%	501	390	28,4%	294	289	1,7%
Lácteos	139	110	26,2%	618	47	1209,1%	225	2.336	-90,4%
Milho	66	54	21,2%	758	443	71,3%	87	122	-29,3%
Demais Produtos	4.397	3.486	26,1%	-	-	-	-	-	-
	Exportação			Importação			Saldo		
	2006	2005	Δ %	2006	2005	Δ %	2006	2005	Δ %
	125.236	107.412	16,6%	84.162	66.994	25,6%	41.074	40.418	1,6%
Total Brasil	125.236	107.412	16,6%	84.162	66.994	25,6%	41.074	40.418	1,6%
Agronegócio	45.285	39.925	13,4%	5.969	4.589	30,1%	39.316	35.336	11,3%
Participação %	36,2%	37,2%	-	7,1%	6,8%	-	-	-	-
Fonte: MAPA									

Negociações Internacionais

Balanço 2006

Brasil foi um dos maiores perdedores com o colapso da Rodada Doha da OMC

O balanço das negociações internacionais envolvendo o Brasil e o Mercosul, em 2006, não é positivo. Com exceções de alguns avanços pontuais em algumas negociações bilaterais de pequena expressão comercial, também não houve avanços nas principais frentes negociadoras, como as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Bi-Regional Mercosul/União Européia.

Na instância multilateral, 2006 marcou o colapso da Rodada Doha, lançada em 2001 com elevado nível de ambição e prazo de conclusão em 2004. O Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, foi taxativo na coletiva de imprensa em que anunciou a suspensão das negociações da Rodada Doha, no final de julho de 2006, quando disse: “Hoje, existem apenas perdedores”. Um diagnóstico difícil de se discordar. Há, todavia, os que perdem mais, ou menos, com o atraso, ou mesmo com a não conclusão da Rodada.

O Brasil, sem dúvida, está entre os maiores perdedores. Vários estudos do Banco Mundial e outras instituições, como a OCDE (Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) já apontavam o Brasil como o grande beneficiário de um acordo bem sucedido na OMC.

No Brasil, há também aqueles que perdem mais, ou menos, com esse fracasso. O setor agrícola é, sem dúvida, o mais prejudicado com a falta de progresso nas negociações. Todos sabem que o foco dessa Rodada estava centrado na redução das distorções do comércio agrícola mundial. Atualmente, o Brasil enfrenta enorme quantidade de barreiras para aumentar suas exportações, devido a tarifas elevadas, concorrência desleal de exportações subsidiadas e políticas domésticas.

Relatório do Grupo de Cairns estima que o Brasil, em uma rodada de comércio multilateral bem sucedida, aumentaria suas exportações em cerca de US\$ 12 bilhões nos próximos dez anos. Este cenário promissor, contudo, pode não se concretizar devido à

continuidade do protecionismo agrícola mundial e a não remoção dos entraves que impedem a ampliação do nosso acesso a mercados.

O potencial de crescimento do agronegócio brasileiro, hoje, é amplamente reconhecido pela competitividade na produção das principais *commodities* e pela disponibilidade de amplas áreas agricultáveis, não incorporadas ao processo produtivo. Há, portanto, potencial para triplicar a produção de grãos e de carnes em geral. É necessário destacar que o crescimento recente da produção agropecuária brasileira foi obtido graças ao aumento das exportações do agronegócio.

O novo acordo agrícola que poderia resultar da Rodada Doha seria particularmente importante para estancar a escalada crescente dos subsídios agrícolas nos últimos anos. Em 1995, quando foi assinado o primeiro acordo agrícola da OMC, os subsídios agrícolas eram estimados em US\$ 305 bilhões. O Acordo foi tão tímido e as disciplinas acordadas tão frouxas que os subsídios agrícolas, ao invés de diminuir, acabaram aumentando. No período mais recente, de 2003 a 2005, os subsídios dos países ricos integrantes da OCDE foram de US\$ 371,2 bilhões por ano. Significa que a agricultura dos países desenvolvidos é subsidiada em aproximadamente US\$ 1 bilhão por dia.

O que se observou no desenrolar da Rodada foi um panorama difícil para um acordo ambicioso, que cumprisse com os princípios da Declaração Ministerial da Rodada Doha. As negociações multilaterais se concentraram em torno de três principais grupos, com interesses divergentes: o chamado triângulo. Os EUA demonstram interesses ofensivos em acesso a mercados, mas ficam na defensiva quanto à redução de seu apoio doméstico à agricultura. A União Européia mantém a possibilidade de redução de seu apoio doméstico, mas não se mostra favorável ao acesso de seu mercado agrícola para outros países. Por fim, o G-20, que possui interesses ofensivos tanto em acesso a mercados agrícolas, quanto ao apoio doméstico à agricultura, se mostra, no entanto, defensivo quanto ao acesso em NAMA – bens não agrícolas.

As negociações demonstraram que o tema agrícola foi, de fato, o que travou a Rodada. Quando os Estados Unidos declararam que pouco poderiam fazer para reduzir seu apoio doméstico em agricultura, a União Européia deu sinais de que pouco iria se mover com relação ao acesso a mercados de bens agrícolas. Estas posições levaram a Rodada a um impasse, até o momento insolúvel.

G-20: a grande novidade da Rodada Doha

A grande novidade na Rodada Doha era a presença do G-20, uma coalizão de países criada a partir do fracasso da Conferência Ministerial da OMC, em Cancun, no México, no final de 2003, por iniciativa do Brasil. O grande mérito do G-20 foi colocar os países em desenvolvimento e o tema agrícola no centro da negociação. Desde o início, o Grupo foi uma coalizão anti-subsídios, uma vez que, no pilar de acesso a mercado, sempre existiram posições contraditórias dentro do G-20. Alguns países, como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, entre outros, defendem posições ofensivas. Outros, no entanto, como Índia e China, mostram fortes interesses defensivos. Além das divergências internas, a maioria dos países do G-20 assumiu posições pouco ambiciosas nas negociações de bens industriais (NAMA, na terminologia da OMC).

A diplomacia brasileira sempre vendeu a idéia que, com o G-20, haveria maior possibilidade de conclusão, com sucesso, da atual Rodada. Não foi o que se viu. As divergências internas no G-20 na área de acesso a mercados e a resistência de alguns dos seus membros, como Brasil e Índia, em aceitar cortes, mesmo que modestos, nas tarifas industriais, também dificultaram o avanço das negociações. O Brasil, como líder do G-20, também foi pouco ativo no sentido de conter o ímpeto protecionista da Índia, mesmo em alguns temas agrícolas, como o estabelecimento das chamadas salvaguardas agrícolas especiais para os países em desenvolvimento. Tais salvaguardas prejudicariam enormemente as exportações brasileiras para esses países, que já alcançam mais de 50% das vendas externas do País.

ALCA: modelo parcial de integração hemisférica isola o continente americano

Em termos regionais, as negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) foram paralisadas frente ao impasse de alcançar um acordo com resultados favoráveis aos maiores países do continente. Os Estados Unidos dificultaram a negociação a acesso a mercado em produtos de grande interesse para o agronegócio brasileiro, como açúcar, suco de laranja e carnes. Além do mais, se mostraram desfavoráveis, até mesmo, a negociar a redução de seus subsídios às exportações. Este estado de inércia consolidou-se na

Conferência Ministerial da ALCA, em Miami, nos EUA, que redefiniu o formato do acordo hemisférico, reduzindo seu nível e definindo diferentes instâncias negociadoras para os temas em questão: bilaterais, plurilaterais e multilaterais.

Este novo formato, defendido arduamente pelo Brasil, acabou se revelando inviável de implementação, devido à difícil operacionalização. Desde então, os Estados Unidos, principal protagonista desse amplo acordo continental, começou a se desinteressar pela ALCA. Passou a impulsionar acordos bi-regionais no hemisfério, sendo firmados os Acordos EUA/Cafta, com os países centro-americanos, o Acordo EUA/CAN, com os países da comunidade andina, além do acordo já firmado com o Chile. A ideologização do tema também dificultou o alcance de um acordo. Líderes latino-americanos chegaram, até mesmo, a dizer que haviam enterrado a Alca.

O resultado desse modelo parcial de integração hemisférica protagonizado pelos EUA, em substituição à ALCA, é o crescente isolamento do continente, o que acarretou perda de preferências comerciais em mercados importantes na própria região.

Mercosul/União Européia: sem avanços em 2006

As negociações Bi-Regionais Mercosul/União européia também não avançaram em 2006. A prioridade conferida às negociações multilaterais, tanto da parte da União Européia, como do Mercosul, deixaram em segundo plano a negociação bi-regional que, desde 2004, também não tem prosseguido a contento.

É importante registrar que a União Européia é o principal mercado de destino das exportações agrícolas. Um acordo com esse bloco poderia ampliar os mercados de exportação para os produtos brasileiros, mesmo que limitado pela concessão de quotas, que tem sido a modalidade de oferta agrícola apresentada pelos negociadores europeus.

O estancamento das negociações se deve às ofertas apresentadas por ambos os blocos, consideradas insuficientes. A UE tem oferecido quotas pequenas e limitadas a produtos de interesse do Mercosul e pedido concessões importantes em temas sensíveis para o Mercosul, como a desgravação de tarifas industriais, acordos sobre serviços e investimentos e denominações geográficas. A falta de flexibilidade de ambas as partes em melhorarem suas ofertas paralisou as negociações.

Com o objetivo de retomar as negociações, ocorreu nova reunião ministerial entre os blocos, em setembro de 2006, no Rio de Janeiro. No entanto, o encontro não produziu resultados concretos, permanecendo os impasses. Ficou claro, porém, que eventual retomada dessas negociações está atrelada ao que acontecerá em relação à Rodada Doha.

A União Européia deu claras demonstrações de que manterá em compasso de espera as negociações com o Mercosul, enquanto houver perspectiva de conclusão da Rodada Doha. Portanto, o futuro dessas negociações, em 2007, está intimamente relacionado ao que irá acontecer na OMC. Há, hoje, uma séria preocupação de que a UE possa redirecionar suas prioridades comerciais para os países do leste europeu, perdendo o interesse no Mercosul, o que seria outro grande retrocesso na política comercial externa do bloco.

Mercosul: sem progressos no processo de integração

O ano de 2006 foi marcado pela falta de progressos no processo de aprofundamento da integração entre os países do Mercosul. Os conflitos comerciais entre Brasil e Argentina são recorrentes, envolvendo produtos agrícolas e industriais. Neste ano, houve um acordo entre esses dois países em relação à introdução no bloco de um mecanismo de salvaguarda comercial, denominado Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), o que poderá criar ainda mais restrições ao comércio intra-bloco.

Além dos conflitos econômicos, ressurgiu no bloco disputas políticas envolvendo Uruguai e Argentina, devido à construção de fábricas de celulose em território uruguaio, às margens do Rio Uruguai. O Mercosul se revelou incapaz de resolver internamente essa disputa, que foi levada ao Tribunal Internacional de Haia, enfraquecendo o bloco e reduzindo sua credibilidade internacional.

Outros acordos de preferência comercial estão sendo negociados pelo Mercosul neste ano, como o Acordo Mercosul/Índia, Mercosul/Sacu (países sul-africanos), Mercosul/Conselho de Cooperação do Golfo, Mercosul/Israel e outros. Embora importantes, são acordos de pouca expressão comercial que, na sua maioria, excluem produtos agrícolas.

Perspectivas 2007

A OMC é mais uma frente negociadora em que o Brasil não obtém sucesso. Já fracassamos no contexto da ALCA e do Acordo Mercosul/União Européia. Em todas essas negociações, o Brasil poderia ser o grande beneficiário, principalmente no agronegócio, no qual possui evidentes vantagens competitivas. Talvez tenha chegado a hora do País repensar sua estratégia de política comercial externa, já que, até agora, só tem colecionado fracassos.

Com o eventual fracasso da Rodada Doha, da OMC, a alternativa que se coloca ao Brasil é a retomada de negociações com grandes parceiros comerciais, como a União Européia, paralisadas desde o final de 2004. O caminho dos contenciosos comerciais é outra possibilidade que se coloca. Os produtores rurais, no entanto, estão bastante desestimulados a trilhar esse caminho. Embora tenham sido bem sucedidos nos contenciosos anteriores com os EUA (algodão) e a UE (açúcar), os resultados não foram implementados até agora.

O futuro da Rodada Doha depende, também, do que irá ocorrer em relação ao *Trade Promotion Authority* (TPA) do presidente norte-americano, que vence em julho de 2007. Com o resultado das eleições de outubro de 2006, amplamente favorável aos democratas, essa possibilidade se configura remota, o que coloca sérias dúvidas sobre o futuro da Rodada. Os democratas são tradicionalmente protecionistas em termos de política comercial e podem não prorrogar o TPA, o que deixa executivo norte-americano *de mãos atadas*.

Caso não seja prorrogado o TPA, a Rodada Doha entra em estado de hibernação. Perde-se o esforço de anos de negociações. O colapso das negociações na instância multilateral abrirá espaço para a proliferação de acordos de comércio bilateral, enfraquecendo o sistema multilateral de comércio. Ademais, a falta de avanço em áreas sensíveis como a agricultura dará ensejo ao aumento do número de contenciosos e outras disputas comerciais.

O ano de 2007 também será o da nova *Farm Bill*, nos Estados Unidos. A grande incógnita é se a nova legislação conterá avanços em relação às políticas domésticas, excessivamente protecionistas, aprovadas na última versão. Uma nova *Farm Bill* de cunho nitidamente protecionista comprometeria ainda mais o futuro das negociações multilaterais, uma vez que geralmente os EUA balizam suas concessões na OMC de acordo com sua lei agrícola.

Antônio Donizeti Beraldo
antonio.donizeti@cna.org.br

Questões Fundiárias

Balanço 2006

Intervenção estatal na estrutura fundiária subtrai milhões de hectares do cenário econômico

Milhões de hectares estão sendo subtraídos anualmente do mundo econômico. A estrutura fundiária brasileira está sendo desenhada dentro de um dilema: incorporar terras agricultáveis ao processo produtivo ou excluí-las do mundo econômico. A política agrícola pouco compromissada com a renda dos produtores está dividida entre agricultura comercial e familiar, utilizando em torno de 282 milhões de hectares (33,3% do território brasileiro). Ao mesmo tempo, a política ambiental e indigenista já destinaram 233 milhões de hectares (27%) às Unidades de Conservação e terras indígenas, o equivalente à soma dos territórios de Portugal, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Alemanha. Por fim, uma política fundiária de resultados questionáveis, distribuiu 64 milhões de hectares (8% do território) para colonização e reforma agrária.

A soma das Unidades de Conservação (UC's), federais, estaduais, e as terras indígenas corresponde a uma área de 126 milhões de hectares. Significa praticamente 15% do território nacional. A política ambiental de criação de novas Unidades de Conservação, de proteção integral ou de uso sustentável, foi intensificada em fevereiro de 2005.

Na ocasião, foram criadas cinco novas Unidades de Conservação (UC's), totalizando 5,2 milhões de hectares (Floresta Nacional de Anauá-RR, Floresta Nacional Balata Turfari-AM, Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade-AC, Parque Nacional da Serra do Pardo-PA, e Estação Ecológica Terra do Meio-PA). Na mesma data, ocorreu a limitação administrativa provisória, por sete meses, para estudos sobre a possível criação de novas UCs, principalmente Florestas Nacionais – de 8,2 milhões de hectares, localizadas em terras públicas federais, na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), sobretudo na margem esquerda.

Em 2006, foram destinados mais 11,1 milhões de hectares a título de unidades de conservação de conservação, mediante decretos não numerados, expedidos até novembro deste ano. Destaca-se a criação de quatro novas Florestas Nacionais (mais de 2,8 milhões de

hectares) na região da Terra do Meio – PA de uma só vez, em 13 de fevereiro, bem como a destinação de 4,4 milhões de hectares para Parques Nacionais. Não se tem idéia, entretanto, da real capacidade de implementação e proteção destas áreas pelo poder público.

A Terra do Meio, localizada no centro do Pará, é uma das regiões mais visadas pelo poder público para proteção da floresta amazônica e respectiva biodiversidade. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) confirma a intenção de criar, até o fim de 2006, a Reserva Extrativista (Resex) do Médio Xingu. O governo paraense promete decretar, no mesmo prazo, a Floresta Estadual do Iriri e a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, todas na Terra do Meio, no centro do Pará. As três Unidades de Conservação (UCs) poderão somar-se a outras cinco já existentes, além de duas Terras Indígenas (TIs), que cobrirão, assim, a totalidade dos 7,9 milhões de hectares da região.

A intenção é criar um corredor de biodiversidade de 28 milhões de hectares na Terra do Meio, cuja proteção poderá significar a formação de um grande conjunto de 19 Terras Indígenas e 10 Unidades de Conservação contíguas, ao longo da Bacia do Rio Xingu. Este corredor vai desde o nordeste do Mato Grosso até o centro do Pará, totalizando 28 milhões de hectares - o equivalente ao território do Equador. Poderá se constituir em um dos maiores corredores de biodiversidade do mundo e o segundo maior do Brasil, ainda mais importante para a conservação por se tratar de uma ligação entre os dois maiores biomas nacionais – a Amazônia e o Cerrado.

Em 2006, destacam-se, ainda, as ações desenvolvidas para preservar e proteger a Amazônia. Cabe citar os planos nacionais de Combate ao Desmatamento e de Áreas Prioritárias para a Proteção da Biodiversidade, o planejamento da BR 163, que representa 24% da Amazônia, o Zoneamento Ecológico-Econômico em alguns Estados, além de ousada agenda de criação de Unidades de Conservação.

Perspectivas 2007

Para 2007, a perspectiva de que o governo brasileiro tente conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico, com o aproveitamento do potencial hidroenergético, e infra-estrutura de transporte, entre outros, e a proteção ao meio ambiente. A expectativa é a busca e conquista do desenvolvimento sustentável, com a

convergência das políticas de desenvolvimento econômico, social e de preservação ambiental. Espera-se mais obras e menos restrições ambientais, embora não haja sinalização para o fim da política de criação de novas unidades de conservação.

UCS BRASILEIRAS CRIADAS EM 2006	
TIPO DE UC	ÁREA (ha)
Área de Proteção Ambiental	2.059.496
Tapajós (PA)	2.059.496
Florestas Nacionais	2.839.680
Trairão (PA)	257.482
Amana (PA)	540.417
Crepore (PA)	740.661
Jamanxim (PA)	1.301.120
Parques Nacionais	4.416.714,00
Amazônia (PA) – ampliação	167.379
Jamanxim (PA)	859.722
Rio Novo (PA)	537.757
Campos Gerais (PR)	21.286
Juruena (MT - AM)	1.957.000
Campos Amazônicos (AM – RO -MT)	873.570
Estação Ecológica	1.935
Guanabara (RJ)	1.935
Reserva Biológica	83.635
Perobas (PR)	8.716
Araucárias (PR)	14.919
Jaru (RO) – ampliação	60.000
Reserva Extrativista	1.690.570
Canavieiras (BA)	100.646
Rio Iriri (PA)	398.938
Terra Grande - Pracuúba (PA)	194.695
Rio Unini (AM)	833.352
Arapixi (AM)	133.637
Recanto das Araras de Terra Ronca (GO)	11.964
Lago do Cedro (GO)	17.338
Total de hectares de UCs de 2006	11.092.031

Alteração dos Índices de produtividade: uma contradição entre as políticas agrícola e fundiária

A política agrícola não oferece aos produtores instrumentos de garantia de renda, seguro rural ou preços mínimos compatíveis com os custos de produção. Também não dá garantias de comercialização da produção, conforme preceitua o inciso II, do art. 187 da Constituição Federal. Como se não bastassem as dificuldades de renda, o setor viveu 2005 e 2006 sob a ameaça de atualização dos índices de produtividade pelo Governo Federal. Uma verdadeira contradição entre a política agrícola e fundiária.

Tal intenção fere o § 2º do art. 187 da Constituição Federal, que determina que as ações de política agrícola e de reforma agrária devam ser compatibilizadas. A proposta é equivocada, pois contempla unicamente a elevação do potencial físico da propriedade ou a produtividade física da terra. Não foi considerada a produtividade total dos fatores, que contempla capital, tecnologia (insumos, máquinas, equipamentos, entre outros), mão-de-obra e terra.

Uma eventual alteração de índice de produtividade, na forma proposta, deve estar atrelada a garantidas de renda aos produtores pelo Governo Federal. É preciso distinguir capacidade de produção e viabilidade econômica. Uma produção ideal, sem a observância de preços compatíveis com os custos de produção, torna o investimento deficitário. Porém, o investimento racional, para o mesmo produto, compatibilizando custos com o preço de mercado, proporciona um empreendimento economicamente viável, com lucro operacional e a subsistência do negócio. É imprescindível que o Governo forneça todos os meios para o incremento da produtividade, garantindo a comercialização, com preços compatíveis com os custos de produção.

Balanço 2006

Reforma agrária desapropriou 800 mil hectares este ano

Quando à implementação da reforma Agrária, o Governo Federal assentou mais 41.832 famílias até setembro de 2006, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Estima-se que o Governo tenha desapropriado em torno de 800 mil

hectares para fins da reforma agrária, em 2006, mantendo a média dos anos de 2004 e 2005.

Assim, a intervenção fundiária estatal, de 1964 à 2006, já disponibilizou aproximadamente de 64 milhões de hectares para 930 mil famílias, em quase oito mil projetos de assentamentos e de colonização, conforme dados acumulados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do Incra. Este montante de terras obtido é resultante de projetos de colonização, desapropriações, compra direta – Decreto 433 e de destinação de terras públicas.

O ano de 2006 foi marcado também por invasões em todo o Brasil. O País passou pelo chamado *março vermelho*, por causa das invasões de propriedades e prédios públicos por parte do Movimento dos Sem Terra (MST). O Relatório da Ouvidoria Agrária Nacional 01/2006 registrou 110 invasões apenas no primeiro trimestre do ano, das quais 69 ocorreram apenas em março de 2006.

Duas invasões tiveram grande repercussão na opinião pública: do horto florestal do grupo Aracruz Celulose S/A, em 8 de março; e da Câmara dos Deputados, em 6 de junho. Na invasão do horto florestal, localizado no município de Barra do Ribeiro (RS), cerca de dois mil militantes da Via Campesina destruíram os laboratórios e um viveiro de 50 mil mudas de árvores nativas e um milhão de mudas de eucaliptos, com perdas de pesquisas de 20 anos sobre cruzamentos genéticos e seleção de espécies. Foram denunciados à Justiça 37 integrantes do movimento. Na invasão da Câmara dos Deputados, integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) depredaram e deixaram 41 feridos. Na ocasião, 32 integrantes do referido grupo foram acusados e presos por depredar a Câmara dos Deputados, sendo libertados, posteriormente, por decisão da Justiça Federal.

Perspectivas 2007

Para 2007, não há nenhuma sinalização de alteração da condução da atual política fundiária. Aguardam-se, entretanto, os resultados do Censo Agropecuário, que deverão indicar, pela primeira vez, o montante da produção obtidas pelos projetos de assentamento da reforma agrária. Tal fato ajudará na identificação da condição de sustentabilidade dos assentamentos da reforma agrária.

Questão Indígena

Balanço 2006

Áreas destinadas aos índios somam 105,6 milhões de hectares

O Brasil possui atualmente cerca de 460 mil índios, vivendo em aldeias espalhadas entre 225 sociedades indígenas, o que representa aproximadamente 0,25% da população brasileira, de acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (Funai). Fora de aldeias, estima-se que existam entre 100 e 190 mil, inclusive em áreas urbanas. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que, a partir da auto-identificação, a população indígena é de pouco mais de 700 mil pessoas.

O total das terras atualmente destinadas aos índios no Brasil soma mais de 105,6 milhões de hectares, o equivalente a 12,4% do território brasileiro. Constitui uma área maior que a Alemanha, França e Itália juntas, para abrigar uma população de 450 – 460 mil índios, num país com 185 milhões de habitantes. É uma média de 230 hectares por índio.

São 611 territórios indígenas no Brasil, reconhecidos oficialmente pela Funai, sendo que 398 foram regularizadas, 123 estão em estudo ou identificação (o primeiro estágio do processo), e 27 terras indígenas homologadas ao longo de diversos Governos. A meta do Governo Lula era chegar a um total de 100 terras indígenas homologadas até o fim de 2006.

Em 2006, proprietários rurais e empreendedores de diversos setores da economia do País viveram ameaças de expropriações de terras provocadas pela criação de novas terras indígenas ou pela ampliação das já existentes. O processo de demarcação das terras indígenas gera apreensões por ser arbitrário, conforme conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação da Funai, concluída em dezembro de 1999.

Cabe destacar a forte influência de organizações não governamentais (ong's) na formulação dos laudos antropológicos que, em franca discordância com as definições do §1º do art. 231 da Constituição Federal, aumentam os limites das áreas indígenas “a seu bel prazer”, conforme caracterizou a referida CPI da Funai. Por depender de recursos externos para realizar estas demarcações, o

órgão governamental se tornar refém de ong's nacionais ou estrangeiras. Na condução dos processos administrativos, contrata antropólogos terceirizados, conforme demonstram publicações do Diário Oficial da União, que não observam o que determina o Art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe a Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999, que normatiza o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Esses agentes estão decidindo, sozinhos, os rumos da política indigenista no País.

Conflitos entre setor produtivo e índios vêm assumindo proporções crescentes. Grupos de índios estão invadindo grandes empreendimentos, de diversos setores da economia do País, como a Aracruz Celulose, líder mundial na produção de celulose de eucalipto, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), segunda maior produtora de minério de ferro. As áreas de propriedade da Aracruz, no Espírito Santo, foram questionadas pela terceira vez em menos de 30 anos, sob a alegação de que seriam terras de ocupação tradicional dos índios. Os invasores reivindicam a ampliação da reserva em mais 11 mil hectares.

Em relação à CVRD, a empresa sofreu, em 2006, três invasões de tribos às instalações da empresa no Pará (índios Xicrin), no Maranhão (índios Guajajara) e em Minas Gerais (índios Krenak), que causaram perdas estimadas em US\$ 32 milhões. A última invasão, em outubro de 2006, foi realizada pelos índios da comunidade Xikrin à mina de Carajás, no Pará. Após o episódio, a Vale cortou a ajuda financeira que dava aos Xikrin. Segundo a Vale, a empresa encerrará 2006 destinando quase R\$ 30 milhões aos índios, para seis etnias diferentes, totalizando R\$ 10 mil por índio ao ano.

Em função da última invasão, a Vale denunciou o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), no último dia 13 de novembro, pedindo medidas cautelares contra novas invasões, sob a alegação de falta de ação do Governo junto às comunidades indígenas. A petição da Vale demonstra, também, a evolução da participação financeira da empresa na assistência a inúmeras comunidades indígenas; mostra que as invasões decorrem da ausência de políticas públicas de proteção aos povos indígenas; diz que a ineficácia do Estado faz com que os índios dependam cada vez mais das verbas repassadas por empresas privadas; e pede que a Comissão de Direitos Humanos da OEA formule recomendações ao Estado brasileiro, para que adote

políticas públicas aptas a acabar com as violações ao direito de terceiros, conforme prevê o artigo 41, alínea "g" da Convenção Americana.

Perspectivas 2007

Para 2007 e próximos anos, os fatos demonstram que os problemas entre setor produtivo e populações indígenas ainda estão longe de terminar. As organizações não governamentais (ong's), nacionais e estrangeiras, continuarão usando os índios como massa de manobra para atender à ânsia crescente por novos territórios. Além da recuperação demográfica por crescimento vegetativo, o aumento da população de índios no Brasil é acompanhado por um fenômeno: há cada vez mais comunidades reivindicando sua "identidade indígena".

O *boom* das tradições indígenas já preocupa a Funai, pois é previsível o aumento exponencial da demanda por terras indígenas. Assim, além das etnias já reconhecidas, haverá muitas outras renascidas por ação de ong's, caso continuem interferindo na condução da política indigenista brasileira. As terras que atendem aos requisitos previstos no art. 231 da Constituição Federal parecem não ter fim, mas cresce a certeza de que vai ter pouca terra para tanta organização não governamental.

Anaximando Doudement Almeida
anaximandro.almeida@cna.org.br

Infra-Estrutura

Balanço 2006

O apagão logístico

O Brasil detém as melhores condições para ser o grande abastecedor de produtos do agronegócio: terras, condições climáticas, alto padrão tecnológico, capacidade produtiva e possibilidade de conquista de mercados internacionais. Entretanto, as ineficiências da infra-estrutura logística, localizadas fora da porteira da fazenda, anulam a aptidão e a competência do agronegócio brasileiro. Seus

efeitos prejudicam o setor numa escala superior às chamadas barreiras externas, como subsídios, quotas e sobretaxas, entre outros.

Nos últimos anos, o Governo Federal abandonou o planejamento estratégico e deixou de investir em obras para a infra-estrutura de transportes. O investimento em infra-estrutura logística tem sido praticamente realizado pelo setor privado, suprimindo a ausência do Estado. Os investimentos governamentais no setor somam apenas 0,15% do PIB, enquanto países como a China e a Índia investem 3% a 4% no setor.

Apesar dos baixos investimentos, a tributação cresceu significativamente no setor. Foi criada a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE), cobrada sobre a comercialização dos combustíveis, cujos recursos deveriam ser investidos em infra-estrutura logística. Mas, suas aplicações acabaram contingenciadas, distanciando-se da sua finalidade legal. Cabe lembrar, ainda, o festejado projeto das PPP – Parcerias Público Privadas, que não saiu do papel pela falta de um marco legal nitidamente estabelecido. Tal instabilidade jurídica e institucional veda a participação da iniciativa privada nas soluções dos problemas logísticos.

A falta dos investimentos típicos de governo em infra-estrutura e a péssima qualidade de gestão no sistema portuário convertem-se num obstáculo de tal magnitude, que pode paralisar o processo de ampliação da produção e das exportações, constituindo-se no que os especialistas estão chamando de *apagão logístico*. Tais fatores impedirão a retirada da produção do campo e sua colocação no mercado internacional, prejudicando o crescimento das exportações brasileiras e de riquezas no interior do País.

O transporte da soja até o porto de Roterdã, na Holanda, é um exemplo das perdas causadas por problemas de logística. O produto chega na Europa cotado a US\$ 220/t FOB. Descontados os custos da operação, o preço final cai para US\$ 95/t FOB. Somam nestes custos itens como burocracia, tributação, gestão, normas legais, sistemas de controle, seguros, multas de espera, qualidade, sanidade, segurança, portos, sistemas de navegação, relações de trabalho portuário, riscos, transporte rodoviário e ferroviário, pedágios, segurança jurídico-institucional e sistemas de informação. No final, resta um preço insuficiente para quitar os custos de produção da lavoura.

O custo desse conjunto de movimentações, procedimentos e operações, chamados de logística, é decisivo para a viabilidade ou não das atividades da produção agropecuária, principalmente após a

transferência da base da produção, nas últimas décadas, do Sul e Sudeste rumo ao Norte e ao Centro-Oeste. As novas fronteiras agrícolas passaram a exigir rodovias, ferrovias, armazenagens, portos, serviços, em pontos diferentes das rotas tradicionais. As regiões produtoras ficaram cada vez mais dependentes de uma infra-estrutura logística eficiente, para serem competitivas no mercado externo.

O fato é que o Brasil optou por um sistema de transporte para escoamento da produção agrícola baseado na utilização de rodovias. Geralmente, são os países de pequena extensão territorial que vocacionam seu transporte no modal rodoviário, enquanto países com extensões maiores priorizam modais ferroviários e hidroviários. A exceção do Brasil. A matriz de transporte nacional favorece em 61,2% o transporte por rodovias, 20,7% por ferrovias e 13,6% hidrovias. Outros países de grandes dimensões, como Estados Unidos, escolheram transportar suas mercadorias, em 43,9%, por ferrovias e a China, em 49,9%, por hidrovias.

Os custos do transporte rodoviário são mais altos quando comparados a outras modalidades. Além do mais, o Brasil possui uma das mais baixas densidades de malha rodoviária pavimentada do mundo. Dados do Ministério dos Transportes (2003) mostram que o País conta com 1,71 milhão de quilômetros de rodovias federais, estaduais e municipais, das quais apenas 10% são pavimentadas. O estado de conservação das estradas brasileiras agrava a situação, dificultando ainda mais o escoamento da produção agrícola. Em 2002, 59% das estradas pavimentadas administradas pelo Governo foram consideradas deficientes; em 2003, esse índice subiu para 83%, por ação das chuvas e por falta de manutenção; patamar que se mantinha até 2005.

O desafio da multimodalidade

A solução dos altos custos do transporte agrícola passa pelo incentivo a outros modais e pela interação entre eles, a multimodalidade. Será preciso vencer desafios para que outras modalidades de transporte possam ser efetivamente utilizadas, melhorando a eficiência da operação e diminuindo seus custos.

Ferroviário: No caso do sistema de transporte ferroviário, que está completando 10 anos de privatização, ainda permanecem os problemas estruturais herdados da época do controle estatal. Embora as concessionárias tenham assumido aproximadamente 28 mil

quilômetros da malha férrea existente no Brasil, continuam os gargalos físicos e operacionais do sistema. Também permanecem a obsolescência e precariedade das vias permanentes; elevado número de pontos críticos das linhas na transposição de centros urbanos; invasão de faixa de domínio; e interligação deficiente com zonas portuárias.

Tais situações resultam em baixa velocidade e interrupção do fluxo do modal, com tempo de trânsito elevado e baixa capacidade por eixo. Conseqüentemente, elevam-se os custos de transporte. A velocidade média dos trens brasileiros é de 23 Km/h, enquanto nos Estados Unidos o mesmo conjunto desenvolve uma velocidade de 80 Km/h em média, que resulta apenas em 30% da produtividade americana.

Para fazer frente a este quadro de dificuldades, é preciso fortalecer a agência reguladora do setor terrestre, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com a instalação de um foro legal para discussão das necessidades dos usuários. A regulação do transporte ferroviário ainda é deficiente frente aos compromissos assumidos pelos concessionários e aos direitos dos usuários. Devido às características intrínsecas ao negócio ferroviário, na falta de uma regulação eficaz, corre-se o risco de favorecer o monopólio privado, com resultados igualmente maléficos aos interesses da sociedade.

Marítimo: O transporte marítimo é considerado uma vocação natural brasileira. O País possui oito mil quilômetros de costa (10 mil quilômetros se considerada a extensão do rio Amazonas até Manaus) e uma economia fortemente concentrada numa faixa de cerca de 500 quilômetros ao longo do litoral. No entanto, percebe-se total inapetência nesta modalidade de transporte para a concorrência com o transporte de outros países.

As leis brasileiras praticamente inviabilizam investimentos do setor privado no transporte marítimo. Como conseqüência, reduziu-se a frota de bandeira nacional, com a diminuição de sua escala operacional, que aumenta custos e reduz a disponibilidade de freqüências de transporte. A carga tributária sobre as atividades do setor impõe uma concorrência desleal com os navios de bandeira internacional. A frota brasileira compete com navios estrangeiros que não pagam encargos sociais relativos a seus tripulantes, operados por empresas praticamente isentas de tributação, oneradas somente por insignificantes taxas de registro, de menos de US\$ 1.000 por navio por

ano. No Brasil, somente os encargos sociais chegam a 140% acima do valor dos salários pagos à tripulação.

Um navio de bandeira estrangeira apresenta custo operacional significativamente menor que um navio operando sob a bandeira brasileira. Por este motivo, os novos investimentos no setor são muito poucos, sem praticamente nenhuma renovação da frota atual, o que também se aplica à navegação de cabotagem. Embora preferenciais no transporte interno no País, os navios de registro brasileiro estão sujeitos, da mesma forma que aqueles envolvidos no transporte internacional, ao mercado mundial de fretes. Isto ocorre porque fazem parte de um trajeto internacional (caso dos serviços de carga geral feeder) ou por terem o mercado regulado por padrões internacionais (caso típico dos mercados de grãos – líquidos ou sólidos).

Para o transporte marítimo, é imprescindível a isonomia tributária com os concorrentes externos, pois a cabotagem constitui elo importante na direção da desconcentração do transporte rodoviário a longas distâncias. Produz, também, expressivo impacto na redução de custos da matriz de transportes e no descongestionamento de algumas rotas, proporcionando sobrevida aos interesses rodoferroviários existentes.

Portos: O alto custo dos portos nacionais é um dos principais *gargalos* da infra-estrutura logística brasileira. É preciso investir na capacidade dos portos tradicionais, como o de Santos-SP e o de Paranaguá – PR, além de otimizar os investimentos nas operações em outros portos, como o de Itaqui – MA e Santarém – RO. Viabilizar a chegada de produtos a estes portos significa esvaziar o excesso de embarques de produtos agrícolas para exportação pelos portos tradicionais, com os habituais e extensos engarrafamentos. No porto de Paranaguá – PR, por exemplo, 60% da soja embarcada para o exterior vem de outros Estados.

A exportação agrícola pelos portos de Itaqui - MA e Santarém – RO reforça o conceito de multimodalidade, resultando na diminuição dos custos de transporte dos produtos. Para tanto, é fundamental viabilizar outro conceito que envolve a multimodalidade - os corredores de exportação. Trata-se de uma visão funcional de corredores de exportação, com o objetivo de aperfeiçoar o escoamento da produção das novas fronteiras agrícolas por opções mais baratas e viáveis, como o corredor dos portos de São Luís/Belém; corredor de Porto Velho e o corredor do porto de Santarém. São soluções integradas, com a utilização de vários

modais, prevendo a melhora e conclusão de estradas de rodagem; a conclusão e interligação de vias ferroviárias; a viabilização das hidrovias e a melhora da infra-estrutura tecnológica dos portos.

Perspectivas

A solução para o País é tratar com racionalidade o transporte de cargas, transformando as distâncias físicas em econômicas, cujos gastos improdutivos possam se converter em poupança para investimentos. O setor calcula que exista a necessidade iminente de investimentos em transporte da ordem de US\$ 16 bilhões, nos próximos 10 anos.

Deste montante, US\$ 3,3 bilhões se referem aos investimentos públicos, US\$ 2,7 bilhões aos investimentos do setor privado e US\$ 7,5 bilhões de iniciativa público/privado - as PPPs - e o restante de iniciativa pública e privada. Em 10 anos, os investimentos seriam na ordem de 3% do PIB, ou seja, 0,3% do PIB ao ano. Tais investimentos poderiam proporcionar economia de US\$ 14,23 bilhões no transporte, o que representa redução de gastos em torno de 20% ao ano.

José Ricardo Severo
jose.severo@cna.org.br

Pecuária de corte

Balanço 2006

Preços da arroba do boi gordo chegaram ao pior nível dos últimos 50 anos

O ano de 2006 ficou marcado por uma das piores crises da história da pecuária de corte brasileira. Os preços da arroba do boi gordo chegaram ao seu pior nível nos últimos 50 anos e, com o aumento dos custos de produção acumulados nos últimos três anos, a atividade apresentou significativa perda de rentabilidade. O abate de fêmeas no primeiro semestre de 2006 alcançou, em média, 40% do total de bovinos abatidos, o maior nível dos últimos dez anos (IBGE). A proporção do abate de fêmeas foi um fator que contribuiu para agravar ainda mais a crise, pressionando para baixo os preços da arroba bovina.

Os preços da arroba do boi gordo, no Estado de São Paulo, medidos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP), chegaram a R\$ 50,55 a prazo, em junho de 2006, em valores reais deflacionados pelo IGP-DI. A partir de então, iniciaram o processo de recuperação, que chegou a 23,5% até outubro, comparado a junho de 2006, alcançando valor médio de R\$ 62,47 a arroba de 15 quilos. Os preços alcançaram valores superiores a R\$ 64,00 por arroba em meados de outubro, quando voltaram à tendência de queda, em consequência da oferta de animais confinados e o início do período de chuvas.

Além da queda dos preços pagos pela arroba do boi gordo, a pecuária de corte brasileira enfrentou, também, a elevação de 6,61% dos custos operacionais efetivos (COE), de janeiro a outubro de 2006, na média dos nove Estados que compõem os Indicadores Pecuários da CNA, elaborados em parceria com o Cepea. Nesse mesmo período, os preços pagos aos pecuaristas, na média dos nove Estados, apresentaram elevação de 15,75%.

Embora os preços da arroba do boi gordo tenham apresentado variação superior aos custos de produção nos primeiros 10 meses do ano, o setor ainda acumula perda de rentabilidade acumulada nos últimos três anos. Se considerado todo o período de realização da pesquisa CNA/Cepea, de fevereiro de 2003 até outubro de 2006, os custos operacionais totais (COT) apresentaram alta de 32,36%, enquanto os preços da arroba do boi gordo acumularam alta de apenas 3,4%.

Os focos de febre aftosa que atingiram o Brasil no final de 2005 provocaram o embargo total ou parcial de diversos mercados à carne bovina brasileira, reduzindo o ritmo de crescimento das exportações durante o ano de 2006. Ao todo, mais de 50 países adotaram restrições à carne brasileira em razão da doença. Entre os principais mercados, destacam-se União Européia e Rússia. Apesar disso, o ajuste de logística realizado pelas empresas, passando a exportar por meio de plantas frigoríficas localizadas em Estados não afetados, aliado à retomada das compras por diversos países ao longo do ano, ainda possibilitou a ampliação dos níveis de exportação do setor.

Rastreabilidade: Com o objetivo de adequar o sistema de rastreabilidade do Brasil e atender às exigências dos mercados importadores de carne bovina, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) editou a Instrução Normativa nº 17, de 13/7/2006, que estabelece a Norma Operacional do Serviço de

Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV). O novo sistema institui o conceito de Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV e tem como principais requisitos a obrigatoriedade de identificação individual de 100% dos bovinos e bubalinos da propriedade, o controle sobre a movimentação de animais, eventos sanitários e insumos utilizados na produção e a realização de vistoria de inspeção na propriedade a cada 180 dias no máximo.

A adesão de produtores rurais e demais segmentos da cadeia produtiva de bovinos e bubalinos ao SISBOV permanece voluntária. No entanto, os frigoríficos que exportam carne bovina para mercados que exigem rastreabilidade terão que, obrigatoriamente, comprar animais de Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV para atendimento desses mercados.

Exportações: O volume exportado de janeiro a outubro de 2006 apresentou crescimento de 7,16% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando 1,816 milhão de toneladas em equivalente carcaça. Em valores, as exportações cresceram 22,86% no mesmo período, com receita de US\$ 3,191 bilhões, incluindo as vendas de carne bovina *in natura*, industrializada e miudezas de bovinos.

Apesar dos embargos, o Brasil foi favorecido pelo crescimento dos preços de exportação e pela redução das exportações de países concorrentes, como Argentina e União Européia. Com isso, ampliou consideravelmente suas vendas para mercados da África, Oriente Médio e Leste Europeu, como Egito, Irã, Arábia Saudita, Israel, Bulgária e Romênia. A União Européia continua sendo o principal mercado de exportação, responsável por 34%, em valor, das vendas externas de carne bovina *in natura*. Em seguida, a Rússia, com 20,5%, e o Egito, com 12,7%. Assim, as exportações de carne bovina, em 2006, deverão alcançar cerca de US\$ 3,8 bilhões.

Produção: O Brasil deverá encerrar o ano com uma produção de aproximadamente 8,9 milhões de toneladas de carne bovina, em equivalente carcaça, com cerca de 44 milhões de cabeças abatidas, o que representa uma taxa de abate de 21,7%. Estima-se um aumento próximo de 0,8% do consumo *per capita* de carne bovina este ano, que deverá situar-se em 36,5 quilos, em consequência do aumento da oferta e, conseqüentemente, da queda dos preços da carne bovina aos consumidores.

Perspectivas 2007

A expectativa da pecuária de corte, para 2007, é de que o setor possa dar seqüência de forma sustentável ao processo de recuperação de preços iniciado neste ano. O elevado crescimento da proporção do abate de fêmeas deste ano pode ser um indicativo do ajuste da oferta, nos próximos dois anos, o que poderá sinalizar tendência de alta do ciclo pecuário.

O produtor rural também precisa estar atento na gestão de sua propriedade, buscando o uso eficiente dos insumos. Quando possível, deve adotar novas tecnologias que visem o aumento da rentabilidade da propriedade.

É provável que o Brasil mantenha a posição alcançada nas exportações de carne bovina, que já representam aproximadamente 30% do comércio mundial do produto. Para isso, é fundamental que a próxima gestão do Governo aumente os investimentos nos serviços de vigilância e defesa sanitária animal que, nos últimos anos, vem apresentando queda. Tal deficiência expõe o sistema de produção da pecuária de corte ao risco de doenças, que podem prejudicar diretamente o produtor rural e as exportações do setor.

O limite orçamentário para custeio das ações de defesa sanitária coordenadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para 2007, foi fixado em R\$ 129,7 milhões pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O MAPA realizou gestões para obter o aporte adicional de recursos de R\$ 65 milhões. Dessa forma, o total de recursos previsto no Orçamento da União para as ações de defesa sanitária, em 2007, é de R\$ 194,7 milhões.

Esse valor é considerado insuficiente face às necessidades de recursos para uma adequada estruturação dos serviços de vigilância e defesa sanitária coordenados pelo MAPA e executados em parceria com os Estados. Deve-se considerar, também, que o crescimento da produção e do comércio internacional de produtos agropecuários, do qual o Brasil é um dos países mais dinâmicos, requer permanente aperfeiçoamento desses serviços por parte do setor público.

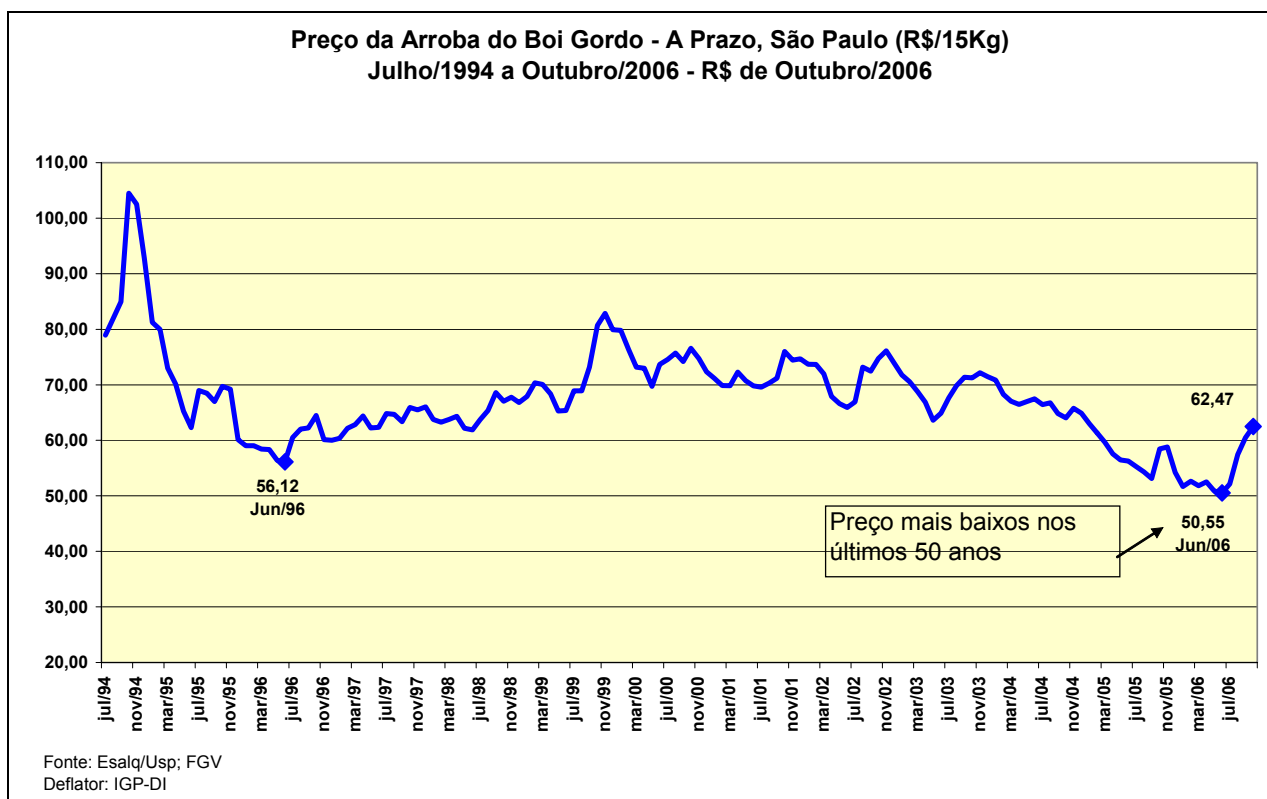
Estima-se em R\$ 450 milhões a necessidade de recursos para o adequado atendimento dos serviços de vigilância e defesa sanitária no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA, em 2007. Cerca de 50% desses recursos devem ser aplicados na execução dos serviços a cargo dos governos estaduais.

A execução devidamente programada da liberação dos recursos é tão importante quanto o volume do aporte para assegurar que não haja interrupção e comprometimento dos serviços de vigilância e defesa sanitária do País. Os recursos orçamentários efetivamente empenhados e executados têm ficado muito aquém do previsto nas leis orçamentárias. Em 2005, por exemplo, de um orçamento total R\$ 202 milhões, incluindo créditos suplementares, foi efetivamente executado o montante de R\$ 132,6 milhões, o que representa apenas 65% do total previsto.

Os recursos orçamentários para a defesa sanitária têm sido sistematicamente contingenciados pela área econômica do Governo, causando descontinuidade das ações e expondo a risco a produção agropecuária do País. Para uma política efetiva de defesa sanitária, a liberação de recursos do Orçamento da União para esse fim não deveria estar sujeita a contingenciamento ou qualquer outra forma de interrupção.

Os trabalhos para erradicação dos focos de febre aftosa que atingiram o Brasil no final de 2005 deverão ser concluídos até o final de 2006, quando o MAPA deverá encaminhar pleito à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), solicitando a recuperação do *status* sanitário de zona livre de febre aftosa com vacinação nas áreas afetadas. Além do mais, o Brasil também encaminhará pleito solicitando à OIE o reconhecimento da região centro-sul do Estado do Pará como zona livre de febre aftosa com vacinação, o qual poderá ser aprovado na assembléia geral do organismo, em maio de 2007.

Paulo Sérgio Mustefaga
paulo.mustefaga@cna.org.br



Pecuária de Leite

Balanço 2006

Desaceleração da oferta interna de leite

O ano de 2006 não foi dos melhores para a pecuária de leite. O preço real médio pago aos produtores, de janeiro a outubro, foi 18% menor que no mesmo período de 2005. O custo de produção teve incremento superior a 15%, em função do aumento dos preços dos ingredientes usados nas rações, como milho e farelo de soja, entre outros. O valor bruto da pecuária de leite terá queda de 8%, fechando o ano em R\$ 11,8 bilhões.

A oferta interna de leite sob inspeção vem desacelerando em relação ao ano anterior, sendo apenas 0,9% superior à produção de janeiro a setembro de 2005. A expectativa é que produção formal, em

2006, seja de 16,3 bilhões de litros, um crescimento inexpressivo frente à média de 5,5% ao ano, dos últimos 10 anos.

Após dois anos de superávit na balança comercial, o setor apresentou, até outubro de 2006, déficit de US\$ 1,5 milhão, com importações de US\$ 121,9 milhões (crescimento de 19%) e exportações de US\$ 120,4 milhões (crescimento de 16,5%).

A crise no setor é reflexo da atual política macroeconômica do Governo Federal. Os juros reais de 10% ao ano (taxa Selic, descontada a inflação) mantêm elevada a taxa de juros para transações financeiras, com menor estímulo para investimentos produtivos. Esse cenário tem implicações diretas na venda de produtos lácteos, no mercado interno e no externo.

A atual taxa de juros valoriza o real e impede a ampliação das exportações de lácteos. O valor médio de R\$ 0,50 por litro recebido pelos produtores é baixo na moeda nacional, mas sua alta cotação em dólar (US\$ 0,23) impede a ampliação da participação brasileira no exterior.

É lamentável que, em momento tão favorável no mercado internacional, com recuperação de preços de mais de 140% entre 2002 e 2006 não se consiga conquistar espaços da forma desejada. Em novembro, a cotação de leite em pó desnatado chegou a US\$ 2.900,00 por tonelada. O Brasil possui atributos para ser grande exportador de lácteos. É possível aumentar a produção tanto por meio de expansão da área, como pelo aumento da eficiência produtiva, com manejo do rebanho, genética e nutrição.

Os atuais grandes exportadores têm seu crescimento limitado por questões relacionadas ao suprimento de água, meio ambiente e competição por terra. Também sofrem os reflexos das distorções políticas, como subsídio a exportações, medidas de apoio interno e barreiras tarifárias.

O grande desafio para o setor lácteo brasileiro é ocupar mercados crescentes, como o leste da Ásia e meio leste e norte da África. Na China, por exemplo, o consumo de lácteos aumentou 260% entre 2001 e 2006, passando de 4,4 milhões para 15,8 milhões de toneladas. No entanto, o consumo *per capita* ainda é muito baixo: 20 litros por ano. Se a demanda *per capita* dobrar nos próximos cinco anos, será necessário o equivalente à produção do Brasil para suprir essa necessidade.

A valorização do real também cria ambiente favorável ao crescimento das importações. As medidas antidumping aplicadas à

Argentina, Uruguai, Nova Zelândia e União Européia, somadas a manutenção do leite em pó, do soro e de queijos na lista de exceção da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), com alíquota de 27%, são mecanismos desfavoráveis à retomada das importações aos níveis da década de 90.

Perspectivas 2007

Espera-se que as medidas antidumping aplicadas à União Européia e Nova Zelândia sejam prorrogadas por mais cinco anos. Em setembro, o Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio da Circular n.º 60, apresentou determinação preliminar positiva à manutenção das medidas antidumping aplicadas à Nova Zelândia e União Européia. O processo seguirá para deliberação da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

No mercado interno, com o baixo crescimento da economia, as famílias tendem a obter reduzido crescimento da renda. Como consequência, o consumo *per capita* de produtos lácteos permanece estagnado em 140 litros/ano, muito aquém da demanda superior a 200 litros/ano nos países desenvolvidos.

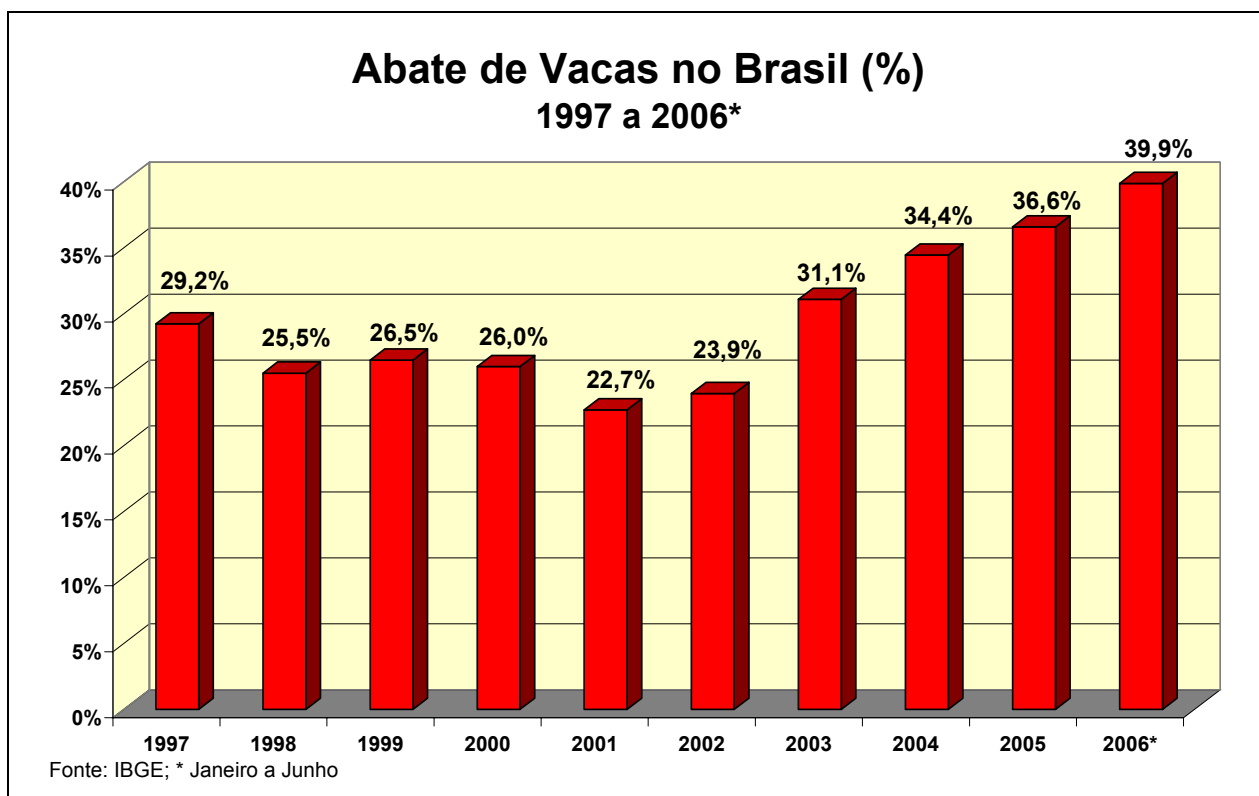
Uma possível solução para ampliar o consumo de lácteos é a mudança nos hábitos de consumo da população. Nesse sentido, está sendo criado programa de *marketing* institucional para o leite. Com a participação de produtores, indústrias e cooperativas, o programa pretende fortalecer a imagem do leite e esclarecer a população sobre suas qualidades nutricionais.

Também será necessário implantar o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, com a efetiva entrada em vigor da Instrução Normativa nº 51/2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Outras ações importantes são a liberação de recursos para duplicar as linhas de análise dos Laboratórios da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle de Qualidade do Leite; criação do Cadastro Nacional dos Produtores de Leite e intensificação do combate às fraudes.

Quanto a garantia de renda aos produtores, é fundamental o lançamento do Prop-Leite (Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda). Esse instrumento de apoio a comercialização já é utilizado com êxito para outros produtos, como algodão, milho, soja e arroz. A expectativa é

criar um mercado futuro para o leite, que evitará quedas substanciais dos preços pagos aos produtores.

Marcelo Costa Martins
marcelo.martins@cna.org.br



Cana-de-açúcar

Balanço 2006

Safra de cana 2006/2007 crescerá 10,3%, ultrapassando 475 milhões de toneladas

Mais uma vez, o Brasil se destacará na produção mundial de cana-de-açúcar. O crescimento da safra de cana 2006/2007 deverá ser de 10,3%, em relação à safra passada, em função do aumento de 5,5% da área plantada e de 4,1% da produtividade média. De acordo com levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção nacional de cana-de-açúcar deverá ultrapassar 475 milhões de toneladas. Do total, cerca de 90% serão destinados à produção do setor sucroalcooleiro, totalizando 426 milhões de toneladas de cana destinadas à produção de açúcar e álcool.

Quanto aos produtos da cana, a produção de açúcar deverá aumentar 12,4% e o álcool 3,8%, atingindo 29,76 milhões de toneladas e 17,82 bilhões de litros, respectivamente. Esta estimativa de crescimento se deve às expectativas de demanda interna e externa por álcool combustível. Após períodos de sucesso e a recente crise, o setor sucroalcooleiro vive fase de recuperação. Nesta nova etapa, o Brasil voltou a ser um grande consumidor de álcool, devido à adoção da tecnologia *flex-fuel* nos motores dos automóveis.

Além do mais, o País também se tornou, recentemente, grande exportador mundial de álcool. Houve crescimento de mais de seis vezes nas vendas externas, nos últimos três anos. Em 2005, o Brasil exportou mais de 2,5 bilhões de litros de álcool, resultando no faturamento de US\$ 742 milhões. Em 2006, o crescimento da quantidade de álcool remetida ao exterior deverá ser de 3,2 bilhões de litros, com aumento de 25% e receita de US\$ 1,4 bilhão, o que significa uma elevação de 100%, em valores. Os principais compradores do álcool combustível brasileiro são Estados Unidos, Japão, Holanda, Suécia.

Quanto aos preços da cana-de-açúcar, de maio, no início da safra, até outubro, houve forte queda dos valores recebidos, motivada pela diminuição dos valores de seus produtos. Houve queda de 27% nos preços do álcool anidro; de 29% do álcool hidratado e de 22% do açúcar exportado. Apesar destes fatores, os valores pagos pela

tonelada de cana-de-açúcar, em quilogramas de Açúcar Total Recuperável (ATR) ainda estão, em média, remunerando cerca de 40% a mais, quando comparado aos mesmos períodos de maio a outubro, da safra passada. No encerramento da safra de cana do período de 2006/2007, no Estado de São Paulo, responsável por mais de 50% da cana produzida no País, o Consecana deverá anunciar o valor de R\$ 0,36 Kg de ATR por tonelada de cana. Os preços médios da tonelada de cana para safra 2006/2007, em São Paulo, deverão ser 15%, maiores que a safra passada.

A queda dos preços do açúcar é causada pelo excesso de oferta no mercado internacional, resultado da recomposição da safra dos países tradicionalmente grandes produtores como Índia e Austrália. Após duas safras prejudicadas por problemas climáticos, estes países estão recuperando, na atual safra, índices de produção e produtividade em patamares históricos. Adicionalmente, os altos preços internacionais do açúcar também incentivaram estes países a retomarem seus níveis históricos de produção.

Com relação ao álcool, a maior produção, aliada à queda do preço do barril do petróleo, pressionou a queda dos preços. Para combater o excesso do produto no mercado e alavancar seus valores, o Governo aumentou de 20% para 23,5% a adição de álcool à gasolina, o que deverá enxugar o mercado em cerca de 300 mil litros de álcool anidro.

Perspectivas 2007

A produção mundial de açúcar também baterá recordes na safra 2006/2007. A Organização Internacional de Açúcar (OIA) projeta uma produção mundial de 158,3 milhões de toneladas, com crescimento de 4% em relação à safra passada. O consumo mundial deverá ser de 152,49 milhões de toneladas e os estoques internacionais de 5,8 milhões de toneladas.

Por este motivo, a grande oportunidade do setor sucroalcooleiro será a produção de um combustível renovável e altamente competitivo no mercado internacional. Vários países já mostraram interesse no produto, pois o etanol brasileiro é o mais barato combustível no mundo. Seu custo é de US\$ 0.25 por litro, podendo ser colocado no mercado a US\$ 50 o barril FOB. O concorrente mais próximo, o álcool produzido a partir do milho norte-americano, tem um custo de US\$ 52,53 o barril. O mesmo produto é

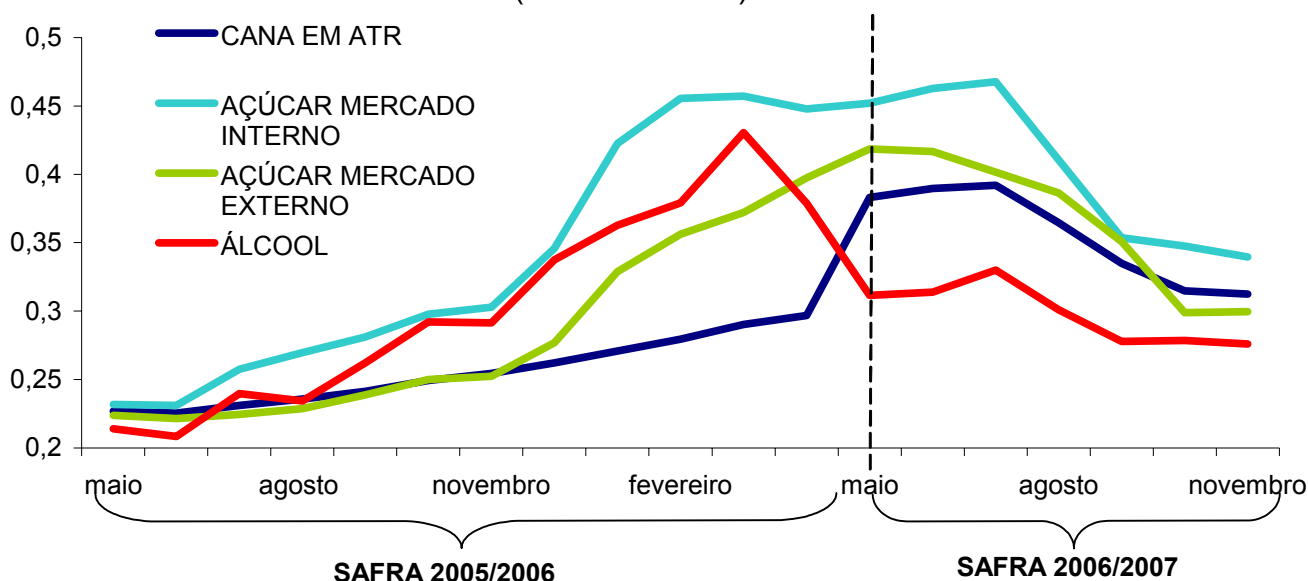
fabricado pelos países da Comunidade Européia ao custo médio de US\$ 94,54 o barril.

Cabe analisar qual será a participação dos fornecedores independentes de cana nas expectativas de crescimento vividas pelo setor sucroalcooleiro. Ao longo dos anos, os produtores de cana-de-açúcar independentes tem diminuído sua participação na produção total da cana. No Estado de São Paulo, nas últimas três safras, a cana produzida pelas unidades industriais teve participação de 20% no total da produção. O crescimento da participação da cana de fornecedores independentes, no mesmo período, foi de 15%, o que demonstra a diminuição da representatividade dos fornecedores no setor sucroalcooleiro.

José Ricardo Severo
josé.severo@cna.org.br

Preços em Açúcar Total Recuperável (ATR) de cana-de-açúcar, álcool hidratado, açúcar branco mercado interno e açúcar VHP externo.

Safra 2005/2006 e Safra 2006/2007 (maio a outubro) -



Fonte: Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - Consecana

Café

Balanço 2006

Custos sobem 11%

A média de preços reais das variedades robusta e arábica, entre janeiro e outubro de 2006, registrou comportamentos opostos no mercado doméstico. Os preços do arábica caíram 13,26% em relação ao mesmo período do ano passado; enquanto o preço médio da variedade café robusta registrou aumento de 14,18%. Em relação aos 10 primeiros meses de 2005, a média de preços do café arábica diminuiu de R\$ 279,00 para R\$ 242,00 a saca de 60 kg. Já o mercado de café robusta assistiu a uma pressão altista de preços, que oscilaram, em média, de R\$ 148,00, em 2005, para R\$ 169,00, em 2006.

Os efeitos da bienalidade brasileira e o conseqüente aumento da oferta de café arábica contribuíram para a redução dos preços internos. Em 2006, estima-se que a produção será de 32,06 milhões de sacas de café arábica, que representarão um aumento de 34,7% em relação ao volume colhido em 2005.

A redução das exportações do Vietnã, causada por problemas climáticos ao longo do primeiro semestre de 2006, refletiram no aumento das cotações internacionais de café robusta. Houve, ainda, retração das exportações de robusta provenientes dos países africanos. Conseqüentemente, os estoques certificados da bolsa de Londres (LIFFEE) declinaram, em agosto, para 1,46 milhão de sacas, menor volume registrado desde setembro de 2002.

Além da retração da oferta do produto no mercado internacional, a produção brasileira de café robusta deverá se manter estável em relação ao ano passado, em 9,5 milhões de sacas.

Produção e consumo: De acordo com projeções da Organização Internacional do Café (OIC), a produção mundial de cafés deverá atingir 122 milhões de sacas, com aumento de 15,09% em relação as 106 milhões de sacas produzidas em 2005. Na segunda estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção brasileira deverá atingir 41 milhões sacas, o que representa 33,6% da produção mundial.

Para a OIC, o consumo mundial ficará em torno de 117 milhões de sacas, em 2006, dois milhões de sacas a mais que em 2005. O consumo interno - que cresce a uma taxa anual de 4%, contra um crescimento mundial de 1,5% - poderá contabilizar 16,5 milhões de sacas. Já o consumo *per capita* deverá atingir 4,22 kg/habitante/ano, média muito próxima aos consumidores europeu e norte-americano. Se for mantida esta taxa anual de crescimento interno, o Brasil deverá se tornar o principal país consumidor em 2010.

Quanto às vendas externas, o Brasil deverá exportar 26,5 milhões de sacas, com acréscimo de 1,9% em relação ao volume comercializado em 2005. Já o faturamento deverá chegar a US\$ 3,1 bilhões, 10,7% superior aos US\$ 2,8 bilhões contabilizados no período anterior.

Perspectivas 2007

Seca poderá reduzir safra

O déficit hídrico registrado nas regiões do sul de Minas Gerais, Alta Mogiana e Cerrado comprometeu a florada dos cafezais neste segundo semestre. Além dos efeitos naturais da bienalidade - que tradicionalmente implicam numa variação de 20% a 30% - as estimativas para próxima safra 2007/2008 também deverão ser reduzidas em virtude da seca prolongada. A demanda interna deverá se manter aquecida e o consumo poderá atingir 16,9 milhões de sacas.

A bienalidade do Brasil, principal produtor do grão, também deverá pressionar positivamente as cotações internacionais ao longo de 2007. De acordo com a OIC, a demanda e oferta internacionais continuarão equilibradas. O movimento de redução dos estoques internacionais deverá ser mantido no ano que vem.

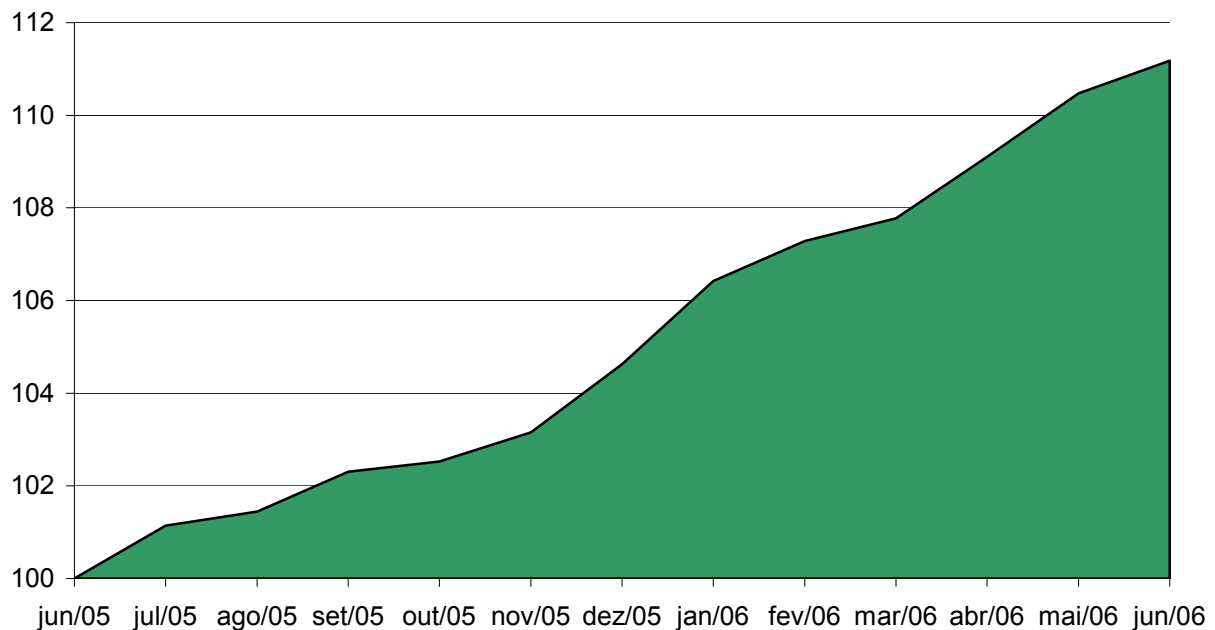
Apesar da tendência de elevação de preços, a OIC considera que o investimento em novos plantios deverá ser contido pelo aumento do custo de produção - pressionado pela alta do petróleo. O alto índice de endividamento verificado nos principais países cafeicultores também será um entrave à expansão da produção.

Thiago Masson

thiago.masson@cna.org.br

Evolução do índice de preços pagos com mão-de-obra (IPP) pelos cafeicultores

Junho 2005 a junho de 2006, Jun/05 = 100



Fonte: FGV
Elaboração: CNA

Cacau

Balanço 2006

Um ano desastroso para a lavoura brasileira de cacau

O ano de 2006 foi tranquilo no mercado mundial de cacau. Apesar de breve surto especulativo em julho, que elevou as cotações na Bolsa de Nova Iorque para mais de US\$1.700/t por alguns dias, não ocorreram oscilações violentas dos preços, mantendo-se na faixa de US\$1.440-1.560/t durante todo período. A média anual ficou em torno de US\$1.500, ligeiramente acima da média de US\$1.485 em 2005. A produção mundial no ano-safra internacional 2005/2006 (outubro/05 a setembro/06) está avaliada em 3.560 mil toneladas, 7% acima do ano-safra anterior e ligeiramente superior às moagens de cacau, aferidoras do consumo, que alcançaram 3.505 mil toneladas, com crescimento de 4% a 5% em relação a 2004/2005. Os estoques

mundiais estão elevados, sendo estimados em mais de 1.700 mil toneladas, o que corresponde a quase seis meses de consumo.

Em contraste com a cômoda situação do mercado mundial, o ano de 2006 foi desastroso para a lavoura brasileira de cacau, principalmente na Bahia, onde condições climáticas adversas aumentaram a intensidade dos ataques da *vassoura-de-bruxa*, causando a queda da produção para 120 mil toneladas, 17% abaixo das 144 mil toneladas colhidas em 2005. Como os demais Estados produtores mantiveram seu nível de produção em torno de 31–32 mil toneladas, a produção brasileira, em 2006, soma 150–152 mil toneladas, 14% menos que as 175,8 mil toneladas de 2005. O preço médio pago ao produtor, em 2006, caiu para R\$190,00 a saca. No ano passado, girou em torno de R\$ 205,00 por saca de 60kg, Essa redução é causada, exclusivamente, pela supervalorização do dólar, já que foi observado ligeiro aumento nas cotações internacionais.

A queda dos preços, aliada à redução da produtividade, derrubou a receita bruta apurada pela cacauicultura brasileira de estimados R\$ 600 milhões, no exercício 2005, para cerca de R\$ 475 milhões, neste ano. Essa perda debilitante foi agravada pelo aumento de 16,6% no salário-mínimo que, conseqüentemente, provocou forte aumento nos custos de produção, uma vez que a participação da mão-de-obra no custo de produção da cacauicultura é de 95%.

A conjunção da queda dos preços com o aumento do custo da produção resultou numa perda da rentabilidade da ordem de 20%, altamente desfavorável também para as regiões que mantiveram o nível de produção. No caso da cacauicultura baiana, que coincidiu com a quebra da safra, o efeito foi ainda mais devastador e fez com que a atividade voltasse a ser deficitária, como já era observado na crise de 1999/2000. Na realidade, a situação atual do lavrador da Bahia é pior do que havia sido então.

Além de ter sofrido descapitalização crescente durante os anos subseqüentes, os produtores ainda estão sendo cobrado, inclusive por via executiva, dos débitos assumidos nas tentativas mal sucedidas de recuperar suas plantações, sem ter a menor condição de saldá-los. As execuções sumárias de produtores pelas dívidas contraídas para financiar os trabalhos de controle da *vassoura-de-bruxa*, quando foram obrigados a adotar práticas agrícolas ineficazes e também prejudiciais a suas plantações, vêm provocando a insatisfação dos cacauicultores.

Além de algumas prorrogações pontuais de débitos por prazos curtos, nenhuma medida foi tomada por parte do poder público para amparar a cacauicultura baiana. A indignação cresce na medida em que investigações revelam que o fungo da *vassoura-de-bruxa* foi introduzido de maneira dolosa nos cacauais da Bahia. Órgãos técnicos do Governo, responsáveis pela extensão rural e pela defesa vegetal, tiveram atuação ineficiente no controle e combate da doença. As medidas e orientações técnicas equivocadas acabaram contribuindo para a propagação da doença.

Perspectivas 2007

As primeiras previsões para a safra mundial de 2006/2007 indicam pequeno déficit, com a produção de cerca de 3.550 mil toneladas e moagens em torno de 3.605 mil toneladas. Se este quadro for confirmado, não há expectativas de alterações significativas dos preços. Existem, no entanto, sinais ainda não concretizados de que a produção ficará aquém das expectativas, enquanto a expansão da demanda por chocolate impulsionaria as moagens para além da quantidade projetada. Caso isso ocorra, as cotações mundiais deverão experimentar um aumento moderado, provavelmente a partir do início do ano, que é quando reduz o fluxo do cacau das safras africanas.

Mesmo assim, dado o alto nível dos estoques mundiais, é pouco provável que o aumento dos preços adquira maior vulto, salvo se o ressurgimento de conflitos armados na Costa do Marfim provocar uma interrupção radical das atividades agrícolas naquele país ou causar uma deterioração maior das suas infra-estruturas de transporte e de processamento. A Costa do Marfim é o maior produtor de cacau do mundo, com participação de 40% no mercado mundial.

Do ponto de vista do produtor brasileiro, o provável aumento dos preços externos, da ordem de 5% a 10%, não será suficiente para restaurar a rentabilidade, enquanto for mantida a supervalorização do real sobre o dólar norte-americano. O baixo nível de remuneração será agravado de janeiro a abril pelos volumes igualmente reduzidos da produção nessa época do ano, estimados em 20 mil toneladas, apenas 13% do total anual.

A crise do setor, nesse primeiro quadrimestre de 2007, só terá possível alívio a partir de maio, com o início da nova safra, cujo

tamanho ainda é uma incógnita. É de fundamental importância para as condições econômicas da lavoura de cacau a definição de políticas econômicas do novo Governo, que influirão sobre a taxa cambial do dólar e sobre o novo salário mínimo, a partir de abril. A cacauicultura brasileira, principalmente a baiana, que responde por 80% da produção nacional, carece de medidas urgentes e abrangentes do poder público, tendo em vista a gravidade do momento que vive. Tais medidas deverão ir além da proteção dos vencimentos das dívidas do setor.

André Sanches

andré.sanches@cna.org.br

Carcinicultura

Balanço 2006

Regulamentação da tarifa de energia elétrica especial frustrou as expectativas do setor

Com a aprovação da tarifa de energia elétrica especial pelo Congresso Nacional, em 2005, a expectativa do setor era de que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentaria a matéria, este ano, de modo a atender plenamente a atividade da carcinicultura. Porém, a regulamentação apresentada não foi capaz de responder à demanda existente, deixando muitos carcinicultores sem a tarifa diferenciada. A Comissão Nacional da Carcinicultura da CNA pleiteia, agora, junto à ANEEL uma nova regulamentação para o setor.

A atuação da Comissão focou seu trabalho, em 2006, na busca de alternativas para a melhoria da rentabilidade do carcinicultor. A redução dos custos de produção das fazendas, por exemplo, possibilita o aumento da competitividade da produção de camarões. Foram contatados centros de pesquisa em busca de tecnologias alternativas, para diversificação da produção via policultivo (ostras, algas, etc.), trabalho com melhoramento genético de reprodutor e monitoramento físico-químico de solo e água, como forma de controle ambiental em fazendas de camarão.

Perspectivas 2007

Os estudos preliminares acompanhados pela Comissão Nacional de Carcinicultura apontam o policultivo como uma nova alternativa de melhora de rentabilidade para os carcinicultores. Esta tecnologia já está sendo plenamente utilizada em algumas propriedades, devendo ser apresentada este ano a carcinicultores de outros Estados.

A Comissão vem dialogando com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) para que estes estudos sejam financiados pelo Governo a partir de 2006. A expectativa do setor é de que o uso destas tecnologias, como o policultivo, junto ao melhoramento genético de reprodutores, provoque novo ciclo de prosperidade para o setor.

João Carlos de Petribú Dé Carli
joão.carli@cna.org.br

Eqüideocultura

Balanço 2006

Setor movimentou R\$ 7,5 bilhões por ano

A publicação do Estudo do Complexo do Agronegócio Cavalo guiou todas as ações da Comissão Nacional do Cavalo, em 2006. Este trabalho reuniu, pela primeira vez, dados socioeconômicos confiáveis sobre a eqüinocultura brasileira. De acordo com o Estudo, o Brasil possui o terceiro maior rebanho eqüino do mundo, com 5,9 milhões de animais, abaixo somente da China e do México, o que propicia uma movimentação de R\$ 7,5 bilhões por ano, gerando 3,2 milhões de empregos diretos e indiretos.

Outra informação importante apresentada pelo Estudo mostra que o Brasil é o quinto maior exportador de carne eqüina do mundo. A receita gerada com essa atividade – US\$ 34 milhões em 2005 – supera as exportações brasileiras de outros importantes produtos tradicionais do agronegócio, como banana, mamão, cachaça e mel,

entre outros. Além disso, a receita com as exportações brasileiras de cavalos vivos cresceu 769%, entre 1996 e 2005.

Também foram listados 57 pontos de estrangulamento que impedem o desenvolvimento do setor, permeando todo o complexo eqüino, desde os agentes que compõem as atividades antes da porteira, como o setor de insumos, até os segmentos que encerram o ciclo do cavalo, passando pelo setor produtivo e pelas instituições governamentais. Para direcionar as ações de minimização dos impactos negativos ao setor, a Comissão priorizou esses pontos de estrangulamento, listando proposições e mapeando entidades a serem contactadas para discussão de cada um deles.

O resultado final desse trabalho foi a elaboração de uma agenda propositiva, que norteará, de agora em diante, todos os trabalhos da Comissão, em conjunto com uma outra instância de grande importância para o agronegócio eqüino brasileiro – a Câmara Setorial de Eqüideocultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esta Câmara congrega diversos representantes das cadeias integrantes do complexo do agronegócio cavalo, assim como entidades públicas.

Desde a elaboração da referida agenda, em agosto desse ano, a Comissão Nacional do Cavalo vem buscando o diálogo com os segmentos envolvidos, propondo acordos e parcerias para a solução dos entraves classificados como de elevada prioridade. Dentre esses *gargalos* prioritários, estão a deficiência na indústria brasileira de selaria e acessórios, a baixa qualidade no sistema de educação e pesquisa relacionadas à eqüinocultura, a inexistência de um terminal adequado para exportação de cavalos vivos e a carência de um evento de grande porte, capaz de dinamizar o mercado em torno do cavalo.

O segmento de selas e acessórios é representado em sua totalidade por micro e pequenas empresas, que empregam diretamente 12 mil pessoas, movimentando R\$ 174,6 milhões por ano. O custo de mão-de-obra representa praticamente 70% do preço final das selas, garantindo o importante apelo social desse setor. Entretanto, a maior parte das selarias não utiliza máquinas nem equipamentos específicos, apenas os provenientes da indústria calçadista. Além disso, há uma forte carência de mão-de-obra qualificada e a necessidade de aperfeiçoamento do *design* dos produtos. Tais circunstâncias levaram a Comissão Nacional do Cavalo, a propor um convênio para o Ministério da Ciência e

Tecnologia (MCT) visando realizar um diagnóstico para conhecimento das especificidades do segmento de selas e acessórios. Em seguida incentivar e orientar a criação de processos de fabricação atualizados e desenvolver cursos profissionalizantes para os artesãos do setor.

No âmbito do sistema de ensino e pesquisa, o MCT também foi procurado para auxiliar no trabalho de direcionamento das pesquisas com eqüinos no Brasil e ampliação do fomento às entidades que exercem atividades de ensino voltadas ao setor. Embora existam 270 cursos de graduação e 68 de pós-graduação que abordam o tema eqüinocultura, ainda são poucos os cursos específicos ofertados. Da mesma forma, a pesquisa voltada especificamente para eqüinos é ainda incipiente, sobretudo na empresa oficial de pesquisa agropecuária no Brasil, a Embrapa.

Com relação às exportações brasileiras de cavalos vivos, a Comissão contactou a INFRAERO para propor a construção de um terminal adequado de cargas vivas, visto que o existente atualmente no aeroporto de Viracopos em Campinas-SP está muito aquém das exigências mínimas de sanidade e de bem estar animal. O fato é que as discussões caminharam para um consenso de que essa estrutura deve ser construída o mais rápido possível, ficando a CNA escalada para participar do grupo técnico que opinará sobre as especificidades técnicas dessa estrutura.

O quarto ponto prioritário da agenda propositiva diz respeito à realização de um evento de grande porte que possa aumentar a interação entre o meio eqüestre, favorecendo a realização de negócios entre os agentes que compõem o setor. É importante chamar a atenção do setor público e da população para a dimensão e a importância da eqüinocultura para o país. Nesse sentido, a CNA vem negociando com organizadores internacionais a realização de um evento de magnitude mundial, onde serão desenvolvidas atividades de informação, comunicação, entretenimento, comércio, turismo e rodadas de negócios em torno do cavalo. Compreendendo assim, todos os setores que movem a economia eqüina.

Paralelamente, diversos agentes vêm sendo mobilizados para a busca de entendimentos que possam dar maior eficiência à eqüinocultura brasileira. Dentre eles podemos destacar: a articulação com a indústria frigorífica para melhoria das ações referentes ao Programa Nacional de Controle de Resíduos (PNCR) e a proposição junto ao MAPA para inclusão de linhas de financiamento específicas para o setor eqüino no Plano Agrícola e Pecuário.

Perspectivas 2007

A Comissão Nacional do Cavalo trabalhará, em 2007, pelo atendimento integral de sua agenda propositiva, começando pela execução dos convênios formalizados em 2006 referentes à indústria de selaria e pelo evento eqüestre de porte internacional. Ao mesmo tempo, outras importantes ações serão trabalhadas para garantir uma estrutura que faça jus à dimensão da eqüinocultura brasileira. De acordo com a priorização da agenda da Comissão, as ações mais urgentes se referem à abertura de novos mercados para eqüinos, à orientação para exportação de animais vivos, ao Plano Nacional de Sanidade Eqüina, ao recolhimento efetuado pelos jôqueis clubes e à criação de uma estrutura dentro do MAPA para tratar especificamente do agronegócio cavalo.

Com relação à abertura de novos mercados para eqüinos, a Comissão Nacional do Cavalo constatou que muitos pedidos de acordos de reciprocidade sanitária para importantes mercados consumidores encontram-se estagnados nas diversas instâncias por onde passam. Nesse sentido, solicitou-se ao MAPA o rastreamento de cada um desses processos para que a CNA possa tratar um a um isoladamente.

Com o objetivo de minimizar as dúvidas existentes entre os exportadores de animais vivos, a Comissão propôs ao MAPA a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma cartilha sobre os procedimentos para exportação. O grupo já está formado por técnicos das áreas sanitária, quarentenária e de relações internacionais do MAPA que, em conjunto com o grupo técnico de exportações da Comissão, trabalharão para a publicação da cartilha e divulgação aos potenciais usuários.

Outra solicitação da Comissão no âmbito da Câmara Setorial de Eqüideocultura do MAPA foi a reformulação do Plano Nacional de Sanidade Eqüina, que encontra-se desatualizado. Na próxima reunião ordinária da Câmara, um técnico do MAPA fará uma apresentação do atual Plano com a finalidade de divulgar o que vem sendo feito em relação à defesa sanitária eqüina. Em seguida, o grupo apresentará sugestões de melhoria e trabalhará para a efetiva implementação do mesmo.

Com relação aos jôqueis clubes, sabe-se que um percentual do valor total das apostas é recolhido junto ao MAPA, para compor um

fundo cujos recursos devem ser revertidos em prol da própria eqüinocultura. Entretanto, não se tem conhecimento da quantidade de recursos que vem sendo depositada e nem do local específico onde os mesmos estão alocados. Nesse sentido, a Comissão Nacional do Cavalo também destaca necessidade de discussão do tema para que se conheça, com clareza, o montante recolhido, e, utilizando-se desses recursos, projetem ações de desenvolvimento da eqüinocultura. O início dos trabalhos referentes a esse tema também acontecerá na próxima reunião ordinária da Câmara Setorial de Eqüideocultura do MAPA.

A maioria das discussões apresentadas exige a participação de técnicos do Ministério da Agricultura, presumindo que a eqüinocultura brasileira teria rápidos avanços se existisse uma estrutura específica desse tema dentro do Ministério. É com esse intuito que a Comissão Nacional do Cavalo está pleiteando a criação de uma estrutura para esse fim, visto que existe um embasamento legal para tal: o Decreto nº 5.351 de 21 de janeiro de 2005, que vincula a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN) à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA. Apesar da solicitação já ter sido formalizada no MAPA, em 2006, acredita-se que as discussões se acentuarão no decorrer do próximo ano.

Sidney Almeida Filgueira de Medeiros
sidney.medeiros@cna.org.br

Departamento de Comunicação da CNA
Fone (61) 2109.1411
E-mail – imprensa@cna.org.br
Site - www.cna.org.br